



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

IONATH IAMARA SILVA SANTOS

**O DESAFIO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL:
OS (DES)USOS DAS SALAS DE RECURSOS NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO EM CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

IONATH IAMARA SILVA SANTOS

**O DESAFIO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL:
OS (DES)USOS DAS SALAS DE RECURSOS NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO EM CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientação: Profa.Dra. Cristiane Maria Nepomuceno

CAMPINA GRANDE – PB
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

237 Santos, Ionath lamara Silva

O desafio da inclusão educacional [manuscrito] : os (des)usos das salas de recursos na rede municipal de ensino de Campina Grande - PB / Ionath lamara Silva Santos. - 2014.

97 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, Departamento de Pedagogia".

1. Educação Inclusiva 2. Recursos Multifuncionais 3. Atendimento Educacional Especializado I. Título.

21. ed. CDD 370.115

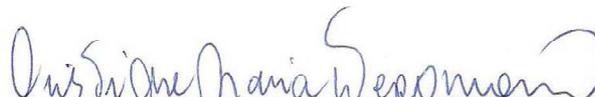
IONATH IAMARA SILVA SANTOS

**O DESAFIO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL:
OS (DES)USOS DAS SALAS DE RECURSOS NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO EM CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 21 / 07 / 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Nepomuceno - Orientadora/UEPB


Prof.^a. M.^a. Adenize Queiroz- Examinadora/UEPB


Prof.^a. M.^a. Lúcia Serafim - Examinadora/UEPB

CAMPINA GRANDE – PB
2014

Dedico aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e incentivando nessa trajetória. Vocês sempre foram a força necessária para que eu nunca desistisse dos meus sonhos. Sem o apoio e o amor de vocês eu jamais teria conseguido chegar tão alto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me possibilitado conquistar o meu objetivo, por tê-lo sentido ao meu lado nos momentos mais difíceis e me mostrando que o seu amor é imenso e infinito à medida que acreditamos que somos capazes de ir além do que sonhamos. Para isso é preciso acreditar, lutar e ter fé. Sem a sua intervenção, meu Deus, eu jamais teria concluindo está tarefa.

A meus pais que depositaram em mim todos os seus sonhos, sem me impedir de realizar meus próprios objetivos, que sempre acreditaram na minha capacidade, me apoiaram, e me ajudaram a chegar até aqui. Obrigado por terem me tornado o ser humano que sou, sei do orgulho que sentem de mim, e eu lhes digo que não existe orgulho maior que o meu em ter vocês como meus pais, vocês são a maior riqueza que Deus poderia ter me dado, os amo infinitamente mais.

A minha Orientadora Cristiane Nepomuceno que mesmo tão atarefada aceitou a missão de me orientar e me conduzir na construção deste trabalho. Quero que saibas Cristiane, que tenho muito orgulho em ter sido sua aluna, lembro que foram as suas aulas de Antropologia ainda no começo do curso, que despertaram em mim o desejo de continuar aprendendo cada vez mais e o sonho de quem sabe um dia ser tão sábia como a senhora.

A professora Lúcia Serafim que durante a sua disciplina me ensinou tanta coisa importante e significativa para minha trajetória como educadora. Foi um prazer enorme ter lhe conhecido, quero que saibas que me sinto privilegiada pela oportunidade que tive de ser sua aluna. Muito obrigada pela sua atenção e carinho, és um ser humano incrível e a quem admiro muito.

A professora Adenize Queiroz que mesmo não conhecendo pessoalmente, sempre ouvi falar muito bem a respeito do seu trabalho e da sua luta a favor da inclusão. Muito obrigada pela atenção e por ter aceitado o meu convite para este momento tão importante.

As minhas grandes amigas conquistadas ao longo da universidade, Ana Paula Gomes de Oliveira, Cassia Cristina do Nascimento, Joselma de Lourdes da Silva Lima, Marcicleide da Silva Araújo e Maria Emanuela de Oliveira Cruz por estarem comigo nos momentos que precisei, pelas palavras de motivação, me fortalecendo, e me ajudando a superar os momentos de dificuldade. Obrigada, meninas! Vocês foram essenciais nesta jornada.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB, pela atenção a me disponibilizado ao longo do curso, em especial aos professores: Marinalva Mota, Patrícia Aragão, e Elisabete do Vale por deixarem marcas significativas em minha trajetória na Universidade.

As crianças da Sala de Recursos que tive o prazer de conhecer e acompanhar durante todo o processo de realização deste trabalho. Desejo sinceramente que em um futuro muito próximo vocês, meus amores e os filhos de vocês possam desfrutar de uma sociedade mais justa, onde as pessoas são reconhecidas e valorizadas como indivíduos capazes que são. Foi muito bom acompanhar mesmo que em um período tão curto o desenvolvimento de vocês.

A Ana Paula profissional responsável pela Sala de Recursos, por ter me acolhido tão bem em seu ambiente de trabalho, e por me mostrar um pouco da realidade que vivência naquele espaço. Parabéns pelo trabalho desenvolvido na Sala de Recursos, a gratidão é expressa por meio do imenso carinho que as crianças têm por você.

A Diretora da Escola Governador Antônio Mariz pela receptividade e por ter permitido o acesso às instalações da escola para a realização da pesquisa.

A todos aqui citados meu muito obrigado por estarem ao meu lado em momentos tão importantes da minha vida, agradeço por todo apoio, amor e carinho que recebi de cada um de vocês.

“Renascer é preciso e no tempo certo. Sair do próprio casulo, romper com o estabelecido e o seguro para tentar algo maior. Transformar-se exige esforço – e também paciência para esperar o tempo certo. Tempo de fortalecer, de ganhar prumo, antes de se aventurar por outros horizontes. Processo muitas vezes solitário, como é para a lagarta quando não vira a borboleta se apressarem sua metamorfose. Que maravilha ela se torna quando ganha nova identidade e voa, exibindo sua altivez”!

Bons Fluídos, Edição nº87 - Julho/2006.

RESUMO

SANTOS, Ionath Iamara Silva. **O desafio da inclusão educacional:** Os (DES)usos das Salas de Recursos na Rede Municipal de Ensino em Campina Grande – PB. 96 pág. Trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. UEPB, Campina Grande – PB, 2014.

Este trabalho se propõe a apresentar algumas considerações acerca das Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas públicas que a partir do Atendimento Educacional Especializado às crianças com deficiência, objetivam viabilizar a proposta de Educação Inclusiva. Para tanto, tomamos como recorte a Sala de Recursos Multifuncionais instalada em uma escola da rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB. A pesquisa objetivou verificar como essa escola do sistema regular de ensino estava trabalhando a proposta de Educação Inclusiva a partir do uso das Salas de Recursos Multifuncionais. Metodologicamente a pesquisa pode ser definida, quanto aos objetivos, como um estudo de natureza exploratória e quanto aos procedimentos pode ser classificada como do tipo Estudo de Caso, já que buscou conhecer uma dada realidade com maior profundidade. Fundamentamos o estudo com documental e bibliográfico. A pesquisa documental nos levou a leitura de alguns documentos que orientam a proposta de Inclusão Educacional como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dentre outros. Em relação ao aporte bibliográficos destacamos: Carvalho (2008), Mantoan (2008), Mittler (2003), Stainback (1999). A partir dos dados coletados constatamos que o processo de Inclusão não é uma tarefa fácil, os desafios e limites impostos aos deficientes são muitos, começando pelos entraves existentes na própria legislação e que se estendem ao âmbito educacional. Vimos também que, independente dos obstáculos podemos sim proporcionar as pessoas com deficiência uma aprendizagem rica e significativa, desde que o compromisso seja de todos os envolvidos neste processo, pois, incluir torna-se ainda mais difícil quando o obstáculo maior parte de nós, do nosso preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Sala de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Os equipamentos tecnológicos da Sala	53
FIGURA 02	Material de apoio pedagógico	54
FIGURA 03	Material pedagógico confeccionado pela professora	54
FIGURA 04	Atendimento de AEE a aluna A.M	69
FIGURA 05	Atendimento de AEE ao aluno T	73
FIGURA 06	Atendimento de AEE a aluna R	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Perfil dos alunos atendidos na Sala de Recursos, e os seus Diagnósticos	65
QUADRO 2	Descrição - 1º Atendimento	66
QUADRO 3	Descrição - 2º Atendimento	70
QUADRO 4	Descrição - 3º Atendimento	73

LISTA DE SIGLAS

TA	Tecnologia Assistiva
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação (Antigo nome Ministério da Educação e Cultura)
PPP	Projeto Político Pedagógico
PP	Proposta Pedagógica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
SEESP	Secretária de Educação Especial
SECADI	Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
CEAI	Centro Educacional e Atividades Integradas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
PAR	Plano de Ações Articuladas
SIGETEC	Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPITULO I	
1 - O DESAFIO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL.....	18
1.1 A Educação Especial viabilizando a Educação Inclusiva.....	27
1.1.2 Uma abordagem sobre as Leis.....	28
1.2 Tecnologia Assistiva: mediando a inclusão do educando com deficiência.....	35
CAPITULO II	
2 - A PESQUISA EM CONSTRUÇÃO: TIPOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
2.1 Tipologia e procedimentos de pesquisa.....	41
2.2 Caracterização da escola <i>lócus</i> da Observação.....	44
2.3 As Salas de Recursos Multifuncionais: conceito, tipos e sistema funcional.....	47
2.3.1 As Salas de Recursos Multifuncionais da Escola Antônio Mariz.....	52
2.4 Conhecendo o trabalho desenvolvido pela profissional responsável.....	56
CAPITULO III	
3 - AEES REALIZADOS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA CEAI: RELATO DE OBSERVAÇÃO....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	88
ANEXOS.....	92

Para aprender

Para aprender,

Preciso de liberdade.

Para ser livre,

Preciso poder sonhar.

Para sonhar,

Preciso crer no impossível.

Para acreditar,

Preciso enxergar portas.

Para passar,

Preciso sair de mim.

Para me transportar,

Preciso ir com firmeza.

Para me afirmar,

Preciso de alguém me ouvindo.

Para me ouvir,

Preciso poder dizer.

Para dizer,

Preciso de autonomia.

Para aprender...

Moaci Alves Carneiro.

INTRODUÇÃO

(...) A educação inclusiva está se desenvolvendo, apesar das inúmeras dificuldades que os sistemas têm enfrentado, particularmente pela complexidade dos desafios. Destes, os mais significativos são os atitudinais (...).

Rositta Carvalho (2004).

A Educação Inclusiva é um processo desafiador, dinâmico e lento. Por se tratar de uma questão relacionada aos Direitos Humanos requer mudanças em diversos níveis, principalmente no âmbito educacional. Para tanto promover transformações envolve desde elaboração de políticas públicas aos conceitos e concepções, passando pelas mudanças atitudinais e ações de combate as práticas preconceituosas e discriminatórias direcionadas as pessoas com deficiência que contribuem para a exclusão.

Em relação ao contexto educacional, o desafio maior não é acolher as pessoas com deficiência, mas sim como proporcionar a eles condições de acesso e qualidade na permanência destes no ambiente escolar.

Como garante a Lei à escola é um lugar para todos, como estabelecido no Artigo 206, Inciso I da nossa Constituição: “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios que fundamenta o sistema de ensino. O que temos observado na prática é uma distância imensa entre o que está determinado nas leis e a realidade das nossas escolas, públicas e privadas.

O desejo de discutir essas questões nos levou a averiguar como as escolas da Rede Municipal de Campina Grande-PB estava trabalhando a proposta de Educação Inclusiva, a fim de identificarmos as práticas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais, voltadas à garantia (institucional) do Atendimento Educacional Especializado às crianças com “Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. A partir da realização da pesquisa de campo também foi possível conhecer a realidade dos alunos atendidos na Sala de Recursos, identificar quais eram os recursos de apoio didáticos disponíveis, verificar a qualificação/formação dos professores, e demais profissionais envolvidos, analisar a Proposta Pedagógica da escola e as práticas desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais.

A escolha do tema se deu em decorrência do vínculo com um projeto de pesquisa financiado pelo Programa de Iniciação Científica (PIBC) do qual participei por dois

anos na condição de bolsista. O referido projeto de pesquisa objetivava discutir os resultados da inserção da tecnologia no espaço educacional, o que nos levou ao contato com as Tecnologias Assistivas (TA) e de sua contribuição para a vida das pessoas com deficiência. Foi a partir desse contato que decidimos aprofundar nossos estudos a respeito do assunto, e conseqüentemente chegamos as Salas de Recursos Multifuncionais. A partir de então, outros questionamentos acerca do assunto foram surgindo.

Para subsidiar nossa pesquisa, estamos baseados à luz de diversos estudiosos, dentre eles: Carvalho (2008), Mantoan (2008), Mittler (2003), Stainback (1999), Fernandes (2006), Chizzotti (2010), Bersch (2008), dentre outros. Outro relevante suporte foram os documentos que estabelecem e orientam a proposta de educação inclusiva, dentre eles: Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Declaração de Salamanca (1994), Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado (2006), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013).

A pesquisa que desenvolvemos pode ser considerada como do tipo Estudo de Caso Exploratória e Descritiva, já que buscou informações que nos ajudasse a explicar e até mesmo elucidar as dúvidas acerca de como o processo de inclusão educacional dos educandos com deficiência vem acontecendo. A pesquisa de campo foi amparada numa pesquisa bibliográfica e documental. Para coletar os dados usamos as técnicas de entrevista e observação, que ocorreu ao longo de 15 (quinze) dias, do ano de 2012. A entrevista se deu orientada por um roteiro composta por 25 (vinte e cinco) questões, todas voltadas para aspectos importantes no que se refere ao desenvolvimento e uso da Sala de Recursos Multifuncionais.

Os resultados da nossa pesquisa serão aqui apresentados divididos em três capítulos: o primeiro capítulo discute de forma breve, a proposta de Educação Inclusiva seus conceitos e concepções; trata um pouco da Educação Especial a partir das leis, documentos e diretrizes que ao longo dos últimos anos foram dando sustentação à proposta de Educação Inclusiva; por fim aborda a Tecnologia Assistiva como um recurso mediador para o educando com deficiência. O segundo capítulo apresenta a pesquisa, sua tipologia e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo; em seguida vem a caracterização da escola observada até chegarmos ao nosso objeto de estudo as Salas de Recursos Multifuncionais, a partir dos conceitos, do seu sistema funcional e do trabalho desenvolvido pela profissional responsável pela Sala. O

terceiro capítulo apresenta os resultados e a análise dos atendimentos de AEEs prestados. Finalizamos o trabalho apresentando as nossas conclusões feitas a partir da análise geral do trabalho.

Consideramos os resultados da pesquisa como de grande relevância, visto a inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino ser um direito um direito garantido na forma da lei. Esse processo tem preocupado muito os educadores de forma geral, em decorrência das lacunas existentes. Desse modo, esperamos que o trabalho ajude a esclarecer algumas dúvidas e ao mesmo tempo fornecer algumas pistas em relação ao que pode ser feito dentro das possibilidades que as escolas oferecem.

1- O DESAFIO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

“(...) As escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas)”.

Sassaki (1998)

A educação inclusiva é um movimento mundial e diz respeito a uma escola de qualidade para todos, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade sem nenhum tipo de segregação ou rótulos. Constitui-se assim um paradigma educacional pautado na valorização da igualdade e da diferença como princípios básicos para desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos os seus alunos, e é este repensar sobre a educação inclusiva que tem provocado mudanças significativas possibilitando assim uma reestruturação na educação.

De acordo com Machado (apud MANTOAN, 2008, p.69):

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humana. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino ministrado nas salas de aulas do ensino regular.

Para reforçar esta ideia Booth & Ainscow (apud CARVALHO, 2008, p.98):

Afirmam que uma escola só poderá ser um espaço inclusivo se forem reduzidas todas as pressões que levam a exclusão, a partir das desvalorizações atribuídas aos alunos, com base em suas incapacidades, rendimento, raça, gênero, classe social, estrutura familiar, estilo de vida ou sexualidade. Não se pode entender a inclusão numa escola onde os alunos não estejam integrados e aprendendo.

Dessa forma, reconhecer as dificuldades existentes nos sistemas de ensino torna-se um passo muito importante para criar alternativas capazes de superá-las. Estas alternativas implicam em diversas mudanças, desde a estrutura organizacional da escola até questões culturais relacionais. Iniciado este processo, todos os alunos poderão ter acesso às inúmeras oportunidades educativas oferecidas pela escola regular.

Podemos dizer que este processo de mudança e construção de alternativas ganhou solidez com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, na qual estava garantido aos alunos com necessidades educacionais especiais o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns. Considerando também direito assegurado aos mesmos, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização a ser realizado preferencialmente em Salas de Recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN - Lei nº. 9.394/96.

A proposta da educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se compreendida como uma educação de boa qualidade para todos e com todos buscando meios e modos de remover as inúmeras barreiras existentes para a aprendizagem e a participação de seus aprendizes.

Segundo Sartoretto (apud MANTOAN, 2008, p. 77), em grego existe um termo que expressa a possibilidade de ver e analisar uma figura sobre todos os seus ângulos, referindo-se a palavra *épora*. Essa terminologia vem sendo usada por exprime a atual necessidade de ver, refletir e analisar a escola em toda sua dimensão quando se trata de definir a concepção fundamental da inclusão escolar.

Considerando os conceitos de educação existentes na literatura, estes dizem respeito à espécie humana e a caracterizam como um processo integral no qual o homem, em interação com a cultura em que vive, desenvolver-se-á, em todos os seus aspectos. Em outras palavras, a educação como um direito de todos é entendida como um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual, física e moral.

Assim concebida, como “direito de todos”, a escola tornou-se lugar visto com a finalidade de acolher a todos, com ou sem algum tipo de deficiência. Esta concepção entraria em confronto com o modelo histórico de educação universalizante, homogeneizadora, e padronizadora vigente. Uma escola que se incluía todos, orientada por uma educação que se contempla à diversidade; tornou-se então o modelo de educação do atual contexto histórico. A partir dessa nova concepção a escola passou a ser vista sob um novo enfoque, um lugar de acesso à inclusão, voltada para a valorização da

diversidade e dos direitos humanos, tendo como suporte as políticas públicas que garantam o acesso à escolarização, em especial das pessoas com deficiência. “(...) Afinal a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas, as quais precisam modificar o seu funcionamento para incluir todos os alunos (...)”. (STAINBACK, 1999, p.21).

No âmbito educacional, o sentido da inclusão remete a um processo de educar. Neste sentido, a lógica que deve mover a escola é a heterogeneidade, a multiplicidade e a complexidade. A inclusão educacional é uma proposta que beneficia a todos, mas em si tratando das pessoas com deficiência fica evidente o quanto ainda precisa ser transformada para que o ensino regular torne-se efetivamente inclusivo.

Nos últimos anos, mais especificamente, a partir da Declaração de Salamanca¹ a inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino regular tem sido bastante discutida, dos seus pressupostos teóricos as leis e diretrizes que a referenciam. Tais reflexões sobre a educação inclusiva geram inúmeras mudanças, que objetivam estabelecer pressupostos indispensáveis à edificação de um modelo de educação de qualidade e para todos, enfatizando o respeito à diversidade dos educandos que irá atender. A educação como direitos de todos, “em igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como é assegurado no Artigo 206, inciso I da Constituição Brasileira de 1988, passa pela reformulação das formações, práticas, relações, currículo e métodos, priorizando os meios de minimizar as barreiras encontradas para a aprendizagem dos estudantes, indistintamente.

Deste modo, esse pode ser considerado o principal objetivo da inclusão: propiciar o acesso e a participação de todos oferecendo possibilidades e oportunidades aqueles que constantemente são isolados ou excluídos por apresentarem diferenças étnicas, religiosas, sexuais, por apresentarem alguma dificuldade de aprendizagem ou por possuírem algum tipo de deficiência. São muitas as medidas políticas a serem adotadas para que todas as escolas possam acolher a todas as crianças sem nenhum tipo de discriminação como nos afirma a Declaração de Salamanca,

¹Documento elaborado em 1994 (Salamanca – Espanha) resultado das deliberações dos mais de trezentos representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais que lá se reuniram, com o objetivo de discutir estratégias de promoção da educação para todos, “(...) mudanças políticas fundamentais e necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades educacionais especiais”. A Declaração de Salamanca é um documento de princípios políticos voltadas para as necessidades educacionais especiais e representa um “extraordinário avanço ao estender, de maneira mais abrangente, as preocupações internacionais com o bem-estar dos portadores de deficiência à área específica da educação, no contexto do programa da UNESCO da Educação para todos”.

(...) independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, crianças deficientes e bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distintas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (...). (Declaração de Salamanca, 1994, p.6).

Para que possamos propiciar uma educação de qualidade a esta minoria como menciona a Declaração de Salamanca, e estes serem reconhecidos e valorizados como seres capazes de produzir seu próprio conhecimento, precisamos mudar nossas práticas homogeneizadoras e acreditarmos nas inúmeras competências que cada um pode traçar dentro das possibilidades que possui para construir sua própria aprendizagem.

A inclusão educacional não se restringe apenas a incluir por incluir, pois, vai muito, além disso. Na verdade, é um modelo de educação que reconhece a diferença como ponto de partida e a igualdade como um fato, que quando considerada possibilitará a promoção da igualdade na perspectiva que proporcionamos para assegurar a permanência das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Conforme enfatiza Rawls (apud MANTOAN, 2008, p. 33) “(...) é preciso uma igualdade democrática, que combine o princípio da igualdade de oportunidades com o princípio da diferença”. Para reforçar a ideia de Rawls, Mantoan (2008, p.37) afirma que “(...) a inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, que gere uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação e a gestão do processo educativo”.

Para que essas mudanças aconteçam no âmbito educacional faz-se necessário que as políticas educacionais estejam articuladas com as demais políticas públicas. Assim será possível alcançar as transformações que todos almejamos, propiciando respostas educativas de qualidade.

Em linhas gerais, os princípios que regem a inclusão estão direcionados para que todos possam ser inseridos na escola regular. Porém, muitas vezes isto acontece apenas para que haja o cumprimento da lei e as particularidades destes alunos não são devidamente atendidas. Consequentemente, para que as instituições possam inserir as pessoas com deficiência no ensino regular torna-se imprescindível que se estabeleçam transformações nas estruturas e no seu funcionamento, somente assim, as instituições poderão abrir espaços para as diferenças. Deste modo, a inclusão envolve um repensar

em sua política e práticas, uma reestruturação das escolas com a finalidade de assegurar o reconhecimento da igualdade a todos, assim como a plenitude de direitos.

Vale ressaltar que, apesar dos inúmeros avanços na conceituação e na legislação pertinente, ainda encontramos muitas barreiras quando o assunto é inclusão. Uma delas são os inúmeros debates estabelecidos acerca da inserção das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino e o impasse existente entre a inclusão e a integração. Embora os dois termos tenham significados similares, são empregados para representar situações de inserção distintas e acabam tendo posicionamentos divergentes acerca do assunto. Vejamos: Para Mittler (2003, p.34), “(...) são dois conceitos distintos já que a inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades em sala de aula (...)”. Ainda de acordo com Mittler (citando BLAMIRE, cf. 2003, p. 34), a integração envolve preparar alunos para ser colocado nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão” para transferir o aluno da escola especial para a escola regular (...). Já de acordo com Carneiro,

(...) a inclusão, ao lado da **integração**, constitui processo através do qual se concretiza o princípio da normatização. [Continua afirmando que] Para Bengt Nirge, este princípio, operacionalmente entendido, significa ‘colocar ao alcance dos portadores de deficiências modos e condições de vida diários os mais parecidos possíveis com as formas e condições de vida do resto da sociedade’. (...) (CARNEIRO, 2009, p. 49).

No entanto, esse conflito quanto ao conceito de inclusão existe porque muitos veem a inclusão de modo isolado da exclusão. É importante salientar que

(...) a inclusão é frequentemente vista apenas como envolvendo o movimento de alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que eles estão “incluídos”, uma vez que fazem parte daquele contexto (...). (AINSCOW apud MITTLER, 2003, p.35).

Portanto, colocar uma pessoa com deficiência em uma sala de aula regular, necessariamente, não significa dizer que ele está sendo incluído, muitas vezes acontece o oposto. Uma vez que o aluno fazendo parte daquele conjunto e não tendo as condições mínimas necessárias para um proveitoso processo de ensino e aprendizagem, este não será efetivamente incluído, gerando na verdade “exclusão ou segregação”. Neste modelo

de educação inclusiva não existe uma preocupação em adequar o funcionamento da escola e preparar o aluno para uma inserção ao ensino regular. O que geralmente temos, são alunos que precisam se adaptar as exigências impostas pela escola, não existindo uma perspectiva de que a escola mudará para adequar em sua conjuntura uma diversidade cada vez maior de alunos, o que torna este processo uma inserção parcial. É de extrema importância que possamos entender que:

A inclusão não diz respeito a colocar crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que atualmente e correntemente são excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas às aquelas que são rotuladas com o termo ‘necessidades educacionais especiais. (MITTLER, 2003, p.16).

Razão pela qual se faz imprescindível preparar todas as pessoas envolvidas neste processo de mudança, para proporcionar independência a todos os alunos e promover de fato uma real integração. Como afirma Marchesi (2004, p.23), “integração, quando vai além da mera presença física nas salas de aula, requer mudança profunda na educação”. Para que a inclusão seja possível tudo precisa ser revisto, das nossas práticas as nossas concepções de ensino e aprendizagem, apenas assim edificaremos um modelo educativo centrado no respeito às diferenças. As mudanças são necessárias, caso deixem de ocorrer não poderemos dizer que temos em prática uma proposta educacional verdadeiramente inclusiva, teremos sim uma proposta de educação inclusiva paliativa, uma falsa solução em substituição ao que pretendemos construir.

Conforme podemos verificar no documento: “O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações”, (...) a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas que podem auxiliar os processos de ensino e de aprendizagem. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considerar as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno e explorar sua capacidade de aprender(...). (CARNEIRO, 2005, cf.p. 195).

Hoje, o movimento em favor da inclusão escolar tomou uma proporção a nível mundial, esse movimento busca minimizar toda e qualquer forma de segregação e exclusão existente nas salas de aula, esgotando as práticas baseadas em um modelo meramente transmissivo de conhecimento. Entretanto, ainda existe uma enormidade de lacunas que precisam ser superadas: professores sem formação adequada, estrutura física inadaptada, escassez de recursos didáticos apropriados, falta de pessoal especializado para apoio pedagógico, entre outros. Como nos diz: Carvalho,

A escola será um espaço inclusivo se, nela, suas dimensões físicas: nas salas de aula, nas dependências administrativas, nas áreas externas e em outros aspectos que envolvem sua arquitetura e engenharia, permitirem acessibilidade física com maior autonomia possível, em especial para alunos com deficiência. A escola será um espaço inclusivo se houver articulação entre as políticas públicas que garantam aos cidadãos o exercício de seu direito à educação, como um bem. (CARVALHO, 2008, p. 98).

A inclusão busca tornar cada pessoa capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação, valorizando as particularidades de cada indivíduo independente dos rótulos que lhes são atribuídos. Ressaltando que a inclusão objetiva mostrar que todos nós temos direitos iguais e o ensino inclusivo é um direito básico reservado a qualquer cidadão. Assim, os estabelecimentos de ensino, além de formar a escola para atender à heterogeneidade dos alunos, precisam preparar professores para favorecer a integração dos mesmos, para que os alunos tenham suas necessidades atendidas, é preciso que o currículo que norteia as ações da escola seja modificado, propiciando uma aprendizagem transformadora a todas as pessoas com deficiência ou não. Logo, realizar algumas mudanças requer providências teóricas e práticas.

Sabemos que existe uma enormidade de leis que regulamentam a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar, a exemplo da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entre outros. Mas, existe uma dicotomia nesta relação, pois, mesmo com tantos direitos assegurados pela nossa legislação encontramos muitas barreiras na esfera educacional que limitam a inserção das pessoas com deficiência na escola regular, barreiras estas que vão desde a acessibilidade até questões de ordem pedagógica, onde muitos professores acabam tendo que lidar com a falta de recursos, materiais de apoio entre outros.

Contudo, é necessário que a escola aprimore as suas práticas, a fim de atender às “diferenças” e suas especificidades. É preciso contemplar as “diferenças” de modo que

essas sejam percebidas como um enriquecimento para a educação e não como um obstáculo, faz-se necessário transformar a sala de aula numa perspectiva de valorização das “diferenças”, ao invés da homogeneização a qual nos acostumamos a contemplar.

O que precisamos entender é que a nossa sociedade está mudando. (...) As sociedades estão tornando-se multiculturais, e a inclusão é um dos princípios fundamentais em que a transformação da sociedade deve se basear. (KARAGIANNIS apud STAINBACK 2003, p.29).

De acordo com Stainback (1999, p.27) (...) quando as escolas incluem todos os alunos, a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e da cooperação (...).Entretanto, é necessário frisar que a inclusão busca não só promover a igualdade, pois, esta já existe e é assegurada por lei, e é exatamente esta igualdade que garante os mesmos direitos e deveres para qualquer cidadão, sejam eles pessoas com deficiência ou não.

A inclusão objetiva unir à igualdade a equidade, pois, se buscamos uma sociedade realmente igualitária, precisamos antes de tudo reavaliar a forma como atuamos em nossas escolas. Dessa forma, a equidade ligada à igualdade nos permitirá diversificar as respostas educativas pertinentes às diferenças individuais. Uma vez que “(...) o direito à igualdade de oportunidades resguarda a prerrogativa de que cada um tem interesses e características e que necessitam que sejam atendidas no processo educacional”. (FERNANDES 2006, p, 35).

Enquanto a equidade implica em “(...) assegura que nenhuma manifestação de dificuldades seja impedimento à aprendizagem do aluno, respeitando sempre diferenças individuais”. (FERNANDES 2006, p, 35).

De tal modo, faz-se necessário que os nossos governantes adotem mecanismos de controle que possam verificar se as escolas possuem as devidas condições para receber educandos com deficiência e se oferecem os requisitos mínimos indispensáveis a propiciar a inclusão propriamente dita.

Na verdade, se o que buscamos é oferecer suporte para tornar as pessoas com deficiência seres participantes em nossa sociedade, precisamos romper com os erros do passado, quando as pessoas com deficiência eram deixadas à margem da sociedade. Práticas de exclusão devem ser fortemente combatidas e não pode mais ser aceitas entre nós. O que nos faz compreender que a inclusão e a exclusão, de certa forma, estão atreladas é que ambas fazem parte de uma mesma rede de poder. Pois como afirma Booth,

A inclusão não pode ser considerada de modo isolado da exclusão: Defino inclusão em termos de dois processos vinculados. É o processo de aumentar a participação dos aprendizes na escola e de reduzir a sua exclusão com relação ao currículo, à cultura e às comunidades das instituições educacionais regulares, existentes. Booth (apud MITTLER 2003, p.35).

Melhorar a qualidade do ensino e trabalhar com as “diferenças” em sala de aula requer enfrentar os desafios impostos pela inclusão escolar. Portanto, um ensino voltado para a inclusão de “todos” os alunos na escola regular não pode ocorrer sem o devido reconhecimento e respeito às “diferenças” e acima de tudo, não esquecer que o aluno é o vetor para o qual se direciona toda a ação educativa. Afinal, a proposta pedagógica inclusiva norteia-se por princípios como: solidariedade, colaboração e compartilhamento do processo educativo com todos aqueles que estão diretamente ou indiretamente inseridos na escola.

(...) embora quase todos percebam que o mundo ao redor está se transformando de forma bastante acelerada, a educação continua apresentando resultados cada vez mais preocupantes em todo o mundo e a grande maioria dos professores ainda continua privilegiando a velha maneira como foram ensinados, reforçando o velho ensino, afastando o aprendiz do processo de construção do conhecimento. (MACHADO apud, MANTOAN 2008, p.70).

No entendimento de Mittler (2003, p. 26) “(...) no contexto da educação, a reestruturação das escolas baseada em diretrizes inclusivas é um reflexo de um modelo de sociedade em ação”. Apesar dos obstáculos e atrasos que inviabilizam a transformação da escola, podemos dizer que a nossa sociedade vem mostrando-se preocupada em oportunizar melhores condições sociais a todos.

É preciso salientar que muitas escolas estão longe de tornarem-se inclusivas. Para que as nossas escolas tornem-se realmente inclusivas, além de todas as mudanças anteriormente discutidas, muitas outras providências precisam ser tomadas, inclusive em relação às posturas e compromissos profissionais de todos os envolvidos no processo educacional, a escola inclusiva é um desafio, uma tarefa que exige trabalho, e cooperação.

No Documento: “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações está posto que,

A educação inclusiva preconiza um ensino em que aprender é um ato não linear, contínuo, fruto de uma rede de relações que vai sendo

tecida pelos aprendizes, em ambientes escolares que não discriminam, não rotulam e oferecem chances incríveis de sucesso para todos, dentro das habilidades, interesses e possibilidades de cada aluno. (CARNEIRO, 2005, p.209).

Logo, a escola inclusiva tem um papel muito importante a cumprir. Elas surgem com a missão de oferecer junto às escolas regulares um atendimento educacional especializado, a fim de remover as inúmeras barreiras que foram criadas ao longo do tempo, buscando dar apoio e promover acessibilidade a todos os seus aprendizes e para que isso seja possível é preciso identificar as barreiras existentes e removê-las o que implica em trabalho coletivo de alunos, professores, comunidade, políticas públicas entre outros. Todos em prol de identificar o que precisa ser mudado e implantar as medidas necessárias para que de fato a escola possa tornar-se um espaço inclusivo.

1.1 - A Educação Especial viabilizando a Educação Inclusiva

A trajetória de edificação da Educação Especial como pressuposto à inclusão da pessoa com deficiência é marcada por inúmeros desafios. Isso se explica, porque ao longo da história as pessoas com deficiência foram vítimas de preconceito por parte da nossa sociedade, sendo tratados de forma inferior por apresentarem algum tipo de deficiência, fossem elas de ordem física, sensorial ou cognitiva. Desde a antiguidade aqueles considerados “anormais” ou “diferentes” eram estigmatizados, marginalizados ou mortos pela sociedade da época por suas condições atípicas. Esse tipo de ação barbárie era considerada completamente normal e a sociedade a legitimava. Conforme Pessotti (apud MIRANDA, s.d) o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido.

Em cada época foram utilizados diferentes termos para falar ou referirem-se as pessoas com deficiência. Sendo assim, ao longo dos séculos as pessoas com deficiência foram tratadas como inválidos, incapacitados, defeituosos, excepcionais, portadores de necessidades especiais, pessoas com deficiência entre outros.

Foi a partir do século XIX que as primeiras medidas educacionais em prol das pessoas com deficiência iniciaram-se na Europa, expandiram-se para os Estados Unidos e Canadá, e posteriormente para outros países, inclusive para o Brasil. Ao longo do século XIX ocorreu maior crescimento das instituições especializadas em atendimento a

pessoa com deficiência e, inclusive é marcado com o surgimento das primeiras turmas especiais dentro das escolas regulares. Mas, como nos diz Chaves (apud STAINBACK, 1999, p. 38), estas classes especiais “não surgiram por razões humanitárias, mas porque essas crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular”.

Durante meados do século XX disseminou-se a ideia de que as pessoas com deficiência eram uma séria ameaça à sociedade. Para combater essa concepção, a partir dos anos 50 os movimentos sociais se expandiam e ganharam força. Reivindicavam a inserção e superação de qualquer tipo de discriminação contra as pessoas com deficiência da época. Vale ressaltar que os serviços educacionais prestados pelas instituições especializadas as pessoas com deficiência cresceram significativamente graças a estes movimentos organizados pelos pais das crianças que lutavam por igualdade de direitos para seus filhos.

Todavia, mesmo com todos os movimentos em busca de uma educação comprometida com a promoção da igualdade de direitos, os educandos com deficiência continuavam sofrendo exclusão nas escolas regulares e eram as instituições “especiais” que continuavam sendo responsáveis pela educação daqueles considerados “indesejáveis”. Infelizmente, essa tendência à segregação atingiu seu ápice durante o século XX requerendo profundas transformações para o cenário brasileiro da época.

No Brasil os primeiros atendimentos às pessoas com deficiência tiveram início no período do Império a partir do Decreto Imperial de nº 1.428 pelo Imperador D. Pedro II (MAZZOTA, 2005, p.28). A partir de então inúmeras instituições foram criadas para o atendimento especializado as pessoas com deficiência, entre elas o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 (Atual Instituto Benjamin Constant). Posteriormente, surgiram o Instituto Pestalozzi em 1926 e no início do século XX a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) 1955 entre outros. A criação destes institutos representou um marco bastante positivo para a Educação Especial, pois, possibilitou uma maior discussão sobre o assunto no contexto educacional.

Para que a Educação Especial conquistasse certa consolidação e conseqüentemente fosse ganhando espaço os instrumentos legais direcionados a promoção de uma política inclusiva (no âmbito educacional e social) foram de fundamental importância. As leis, acordos internacionais, políticas, planos, e programas voltados para o trato às pessoas com deficiência, têm contribuído para romper as inúmeras barreiras estabelecidas ao longo do tempo. A partir do amparo legal novos

caminhos foram traçados em busca de uma educação verdadeiramente de qualidade, igualitária e inclusiva.

1.1.2 - Uma abordagem sobre as Leis

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) declara em seu Art. VI: “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei” e reforça no Art. VII: “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (UNIC, 2000).

Este mesmo princípio, de que todos são iguais e não podem sofrer qualquer tipo de tratamento desigual em detrimento de suas diferenças, faz parte da Constituição Brasileira de 1988. Em seu Art.3º inciso IV está dito que entre seus objetivos fundamentais está “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Assim, apoiando-se no que ressalta a Constituição podemos dizer que os estabelecimentos educacionais precisam abrir espaços para as diferenças, mais que isso é preciso garantir que estes espaços proporcionem aos seus alunos autonomia para a construção do seu próprio conhecimento, atendendo ao que determina a nossa Constituição em seu Art. 205:

(...) a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, para que isto aconteça é necessário que o Estado cumpra com o seu dever e faça valer a sua obrigação como consta no Art. 208 da mesma Lei que diz: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (...)” (BRASIL, 2013. p.35).

Deste modo, vale ressaltar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), criada pela ONU, que reafirma o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) por representar um marco importante no cenário

internacional para a educação inclusiva. A convenção apresenta em seus princípios medidas capazes de garantir melhor qualidade de vida, autonomia, igualdade e respeito às pessoas com deficiência.

Outro documento muito importante para a promoção da inclusão das pessoas com deficiência é o Sistema Regular de Ensino e a “Declaração Mundial sobre Educação para todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem” proclamada a partir da Conferência Mundial sobre Educação para todos realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990. Neste documento esclarece que:

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem (...)(UNESCO, 1990).

A Declaração de Jomtien deu base para elaboração das “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica” cujo objetivo maior era tornar realidade a educação inclusiva. Mas, todos nós sabemos que a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular não se efetuará por decreto. Muito ainda precisa ser feito para que as reais condições que possibilitam a inclusão planejada, gradativa e contínua dos educandos com deficiência nos sistemas de ensino aconteçam de forma satisfatória. A inclusão é um processo gradativo à medida que requer a adequação de todos à nova realidade educacional: transformação das práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento e a oferta do ensino de qualidade. Isto significa que as nossas escolas precisam edificar uma proposta de educação capaz de viabilizar não só a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, mas sim oferecer uma formação que possibilite aos mesmos tornarem-se autônomos, cidadãos dotados de conhecimentos, autores da sua própria história.

Partindo do pressuposto que a inclusão é um processo e para que ela aconteça é preciso levar em conta também o contexto social, político, escolar e de sala de aula, só assim poderemos desenvolver um espaço integrado, estável e com condições para que todos possam ter as suas necessidades atendidas, como orienta a “Declaração Mundial sobre Educação para todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem” em seu Art. 3:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.
5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1990).

Bem verdade é que a inclusão não pode ser vista apenas como uma tarefa atribuída à escola, mas, sem dúvida somos uma parte fundamental nesse processo. Assim, a escola, família, o poder público e a sociedade são atores nessa luta, como frisa a Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos (1993):

A educação é- e tem que ser - responsabilidade da sociedade, englobando igualmente os governos, as famílias, as comunidades e as organizações não-governamentais, exige o compromisso e a participação de todos numa grande aliança que transcenda a diversidade de opiniões e posições políticas.

Com a finalidade de reforçar a obrigação do País em prover a educação das pessoas com deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada em 1996 reservou em seus registros um capítulo² dedicado a Educação Especial, demonstrando assim um reconhecimento acerca do assunto e dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência ao longo dos anos. Seguindo a mesma compreensão dos documentos supracitados, a LDB expressa em seu conteúdo à proposta de edificar um modelo de educação orientado pelo explícito respeito às diferenças e ao direito a igualdade.

O Capítulo 5º da LDB/96, intitulado de Educação Especial, no Artigo 58 esclarece: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação

²Desde o dia 04 de abril de 2013 a LDB N.9394/96 passou a vigorar com várias alterações, dentre elas uma significativa modificação no Capítulo 5º, que trata sobre a oferta da Educação Especial (BRASIL - LEI N.12.796 de 04 DE ABRIL DE 2013).

escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” e, quando necessário deve haver serviços de apoio especializado. Entretanto, passados quase 20 anos a maioria das escolas, infelizmente, esta determinação ainda é tratada com descaso e a Educação Especial entendida como uma modalidade separada da escola regular.

Para efetivar com qualidade esta proposta é preciso entender que para o educando com deficiência o atendimento especializado funciona como um apoio complementar as atividades realizadas na sala regular. Portanto, para que possamos viver na diversidade precisamos contemplar uma nova concepção de escola, propiciando uma educação que beneficie e possibilite a todos troca e cooperação independente das diferenças ou características individuais de cada um. Para tanto, é preciso dar condições para que a escola possa assumir esse compromisso. A própria LDB profere em seu Art. 59 que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 - II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
 - III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 - IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
 - V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- (BRASIL, 2013, p.45-46).

Para que a escola regular se torne inclusiva devemos repensá-la sobre a ótica da flexibilidade e da diversidade. A escola precisa reestruturar o seu sistema de ensino reelaborando a sua proposta pedagógica para que esta possa atender todos os alunos e dá-lhes condições reais de aprendizagem. Para isso, é preciso rever sua organização, criando condições favoráveis para a acessibilidade curricular de todos tornando-o mais flexível e adequado as condições do seu alunado, implementar salas de apoio

especializadas e equipadas com material didático e profissionais qualificados para atender as subjetividades de cada indivíduo.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.5) frisa em sua apresentação que, (...) “a partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passam a ser repensadas, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.” Mudanças essas que precisam levar em conta não só a reestruturação física da escola e sim, todo o contexto social, político, escolar e da sala de aula.

Neste sentido, o aporte do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 25 de junho 2014 que estabelece as ações e políticas públicas para o decênio 2011-2020, em muito poderá contribuir para sanar as lacunas. Podemos destacar a Meta 4 do PNE que estabelece: “universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. [Em outras palavras, reconhece que] “quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos (...)”.

A compreensão de que ainda há muito que ser feito pela Educação Inclusiva é essencial para torná-la real. Faz-se necessário entender que a inclusão deve ser vista como um processo interminável, que vai além da distribuição aleatória de alunos em salas regulares, a proposta inclusiva é um processo que envolve a reestruturação de todo o espaço e pessoas envolvidas. Incluir não é fácil, já que no âmbito escolar estão presentes mecanismos que facilitam a exclusão, mas, sem dúvida é uma ação totalmente necessária e possível de ser feita.

Diante desse contexto Carvalho (2004, p. 162) expõe que [...] precisamos confirmar que alguns princípios para o sucesso na aprendizagem são universais, dentre eles destaca-se o desejo e a escuta.

Desejo do professor e do aluno: aquele de contribuir decisivamente para a cidadania plena do aprendiz e este, de aprender impelindo-o a perguntar, questionar, a relacionar-se com o objeto de conhecimento, prazerosamente, desenvolvendo habilidades e competências. A escuta

também é de ambos, principalmente do professor, eu diria. Precisamos exercitar a escuta do que nos dizem nossos alunos, lembrando-nos que eles representam o melhor e o mais significativo recurso de que dispomos em sala de aula! (CARVALHO 2004, p. 162).

Assim, percebe-se que a escola inclusiva deve ir muito além da mera inserção para que de fato os alunos se sintam incluídos na sala regular e não se tornem meros coadjuvantes em seu próprio processo de aprendizagem. Como nos disse Carvalho o alicerce dessa mudança está na escuta, pois, aprender a ouvir é tão importante quanto o ato de falar, respeitar as diferenças, as particularidades, o tempo e os avanços de cada aluno é um passo significativo para promover uma educação de qualidade a todos.

Sabemos que em termos legais muitas conquistas já foram alcançadas. Porém, precisamos garantir que estas leis saiam do papel e transformem o cotidiano escolar, é preciso políticas públicas que garantam na prática tudo o que é assistido por lei as pessoas com deficiência. Afinal, “todos somos diferentes e queremos ser reconhecidos em nossas diferenças sem sermos iguados aos demais, negando-nossas experiências, subjetividades e nossas identidades! Pleiteamos e lutamos pela igualdade de direitos, inclusive o de sermos diferentes” (CARVALHO 2008, p.56).

Portanto, uma escola inclusiva é aquela que busca oferecer aos seus alunos condições para que todos possam aprender, garantindo possibilidades de adquirir conhecimento, ultrapassando as barreiras impostas pela deficiência. O primeiro passo já foi dado, aos poucos estamos acabando com as medidas paliativas implantadas ao longo da história e dando voz a um novo modelo de educação inclusiva, estabelecendo a todos uma reflexão mais complexa acerca de nossas práticas pedagógicas.

Todavia, para que o processo de inclusão venha a acontecer é necessário que as instituições educacionais possam reestruturar os seus sistemas de ensino e apropriar-se da legislação educacional para que a educação não seja vista apenas pela óptica do senso comum e conseqüentemente possa continuar garantindo o acesso e a democratização do ensino para todosos educandos.

“A escola é direito de todos!”. Essa frase já se faz presente nas discussões sociais e, claro no âmbito escolar. Quando começamos a analisar toda a força e expressão que essa afirmação possui, percebemos que a inclusão das pessoas com deficiência passa a ganhar espaço perante a nossa sociedade e porque não dizer, superando os inúmeros obstáculos impostos ao longo do tempo.

Visto desta forma, a inclusão escolar torna-se algo muito maior, pois, refere-se à inclusão social de todas aquelas pessoas que ao longo da história foram e ainda são discriminadas e segregadas pela sociedade, seja pela sua condição social, física ou pelo simples fato de não saberem lidar com as suas diferenças.

Assim, a inclusão enfatiza a ideia de que todos somos iguais e temos os mesmos direitos como reforça tantas leis a cerca do assunto e conforme afirma Stainback & Stainback (1999): “o ensino inclusivo faz sentido e é um direito básico – não é algo que alguém tenha de conquistar”. É de extrema importância que possamos entender que:

(...)reconhecer a diferença é reconhecer, sobretudo, as potencialidades dos alunos. Além desse reconhecimento, a viabilização de um ensino democrático requer que haja reflexão sobre a sociedade a que se destinam os esforços educativos, no sentido de que sejam proporcionadas igualdade de oportunidades, por meio da desmistificação das relações de poder presentes também nos micro espaços sociais (DORZIAT 2009, p. 69).

Deste modo, educar para a diversidade exige que a educação do nosso País esteja ancorada no respeito às diferenças, não importam quais sejam elas. Pois, respeitar e valorizar as diferenças não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, ressaltando a pluralidade existente, aspecto fundamental para a formação dos indivíduos nos dias de hoje. Mais que isso, é preciso educar para a cidadania para que possamos aprender a perceber que fazemos parte de um mundo plural em que cada ser é único e possui suas próprias particularidades que devem ser ao menos respeitadas.

É preciso entender que a educação especial não anula o ensino regular, as escolas especiais existem como um complemento à sala regular, o que não substitui o trabalho desenvolvido nas escolas regulares, e legalmente são as salas regulares o lugar instituído por excelência à educação de qualquer indivíduo, sejam eles pessoas com deficiência ou não.

1.2 -Tecnologia Assistiva: mediando a inclusão do educando com deficiência

Como vimos ao longo deste capítulo a proposta de inclusão da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino vem conseguindo muitos avanços, todavia existe muito ainda a ser feito para que haja um completo respeito pelas singularidades existentes. As mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro vêm resultando em

um aumento significativo no número de educandos com deficiência dentro das escolas regulares, mas uma das questões mais preocupantes no que se refere às crianças e jovens com deficiência diz respeito a como fazer para incluí-los, no sistema regular de ensino proporcionando a eles condições reais de aprendizagem.

Boa parte dos estudos feitos a respeito do atual processo de inclusão educacional indica uma série de lacunas: estrutura física inadequada, professores sem formação adequada, falta de profissionais para o apoio pedagógico, ou seja, apontam para profissionais sem a formação mínima necessária e estabelecimentos de ensino despreparados para atender aos educandos com deficiência. Para o pleno sucesso algumas questões precisam ser levadas em conta e melhor estudadas, desde como organizar o ambiente escolar de modo que possa oferecer espaço adequado atendimento educacional do educando com deficiência ou como fazer uso da tecnologia como instrumento mediador do processo ensino-aprendizagem.

O próprio contexto social vem exigindo do educador uma nova postura que o remete dia a dia a uma reflexão: como tornar a tecnologia e as mídias digitais uma aliada na escola. Muitos estudiosos mostram que estes recursos quando usados de forma adequada facilitam o processo de ensino e aprendizagem à medida que reestruturam as práticas pedagógicas e as inter-relações.

No caso da inclusão da pessoa com deficiência na escola, a tecnologia está mostrando-se como um novo campo de abertura, onde o professor tem a sua disposição uma série de recursos que possibilitam desde a mudança metodológica em sala de aula a inserção de ferramentas que o ajudam a tornar a aula mais dinâmica. Esta proposta remete a novas concepções acerca desse assunto como, por exemplo, o conceito de Tecnologia Assistiva.

Segundo Bersch (2008, s.p) A Tecnologia Assistiva – TA(...) é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão (...).

Apesar de ser um termo ainda novo as Tecnologias Assistivas através dos seus recursos ou serviços podem proporcionar a pessoa com deficiência maior independência e acessibilidade, sendo vista, como um recurso capaz de minimizar a exclusão social sofrida por essas pessoas ao longo da história. Todas essas adaptações proporcionadas pela Tecnologia Assistiva acabam contribuindo para a redução das barreiras encontradas

pelas pessoas com deficiência, pois muitos deles têm encontrando uma ajuda bem eficaz na utilização dessas tecnologias.

Existem diversos termos utilizados para definir os recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência entre elas estão às terminologias: Tecnologia Assistiva, Ajudas Técnicas e Tecnologias de Apoio.

Estes conceitos ora mostram algumas semelhanças, ora mostram algumas diferenças isso porque para alguns autores há certa divergência quanto aos significados dos termos “Tecnologia Assistiva” e “Tecnologia de Apoio” para alguns estes dois termos referem-se a um conceito mais extensivo, enquanto que a expressão “Ajudas Técnicas” refere-se apenas aos recursos destinados as pessoas com deficiência. Nos Decretos nº 3. 298³ de 1999 e nº 5. 296⁴ de 2004, a expressão “Ajudas Técnicas” aparece assim definida:

a) Decreto 3.298 de 1999, Artigo 19 (BRASIL, 1999):“Os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de superar as barreiras de comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.”.

b) Decreto 5.296 de 2004, Artigo 61 (BRASIL, 2004): “(...) consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.”.

A terminologia “Ajudas Técnicas” supracitadas na Legislação Brasileira e o termo “Tecnologia Assistiva” são expressões frequentemente utilizadas como sinônimos. Percebe-se que desde a Constituição Federal de 1998 o ensino especial passou a ser uma educação complementar aos alunos com deficiência, possibilitando o “Atendimento

³O “Decreto nº3.298” regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração dos deficientes físicos, consolidando as normas de proteção e assegurando o pleno exercício dos direitos individuais e sociais dos deficientes, como também sua efetiva integração social.

⁴O “Decreto nº5.296”, lei 10.098 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Educacional Especializado” (AEE) ⁵ a todos de forma integrante e em turno oposto ao que frequentam.

Pensando na necessidade de uma única expressão quanto à terminologia que deveria ser utilizada para definir todos os serviços, metodologias e recursos disponíveis para as pessoas com deficiência que o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) aprovou por unanimidade em 2007 o uso do termo Tecnologia Assistiva (que a partir de agora denominaremos apenas de TA) como sendo o mais propício a ser utilizado, por se tratar de,

Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT apud, FILHO 2009, s.p).

De acordo Mantoan todos os recursos da TA são organizados em modalidades de acordo com os objetivos funcionais a que se destinam, estas classificações são muito importantes para a inclusão do educando com deficiência. Nos diz o estudioso que os recursos da TA podem ser destinados para os seguintes usos:

- Auxílios para a vida diária e vida prática – materiais pedagógicos e escolares especiais;
- Comunicação aumentativa e alternativa;
- Recursos de acessibilidade ao computador;
- Adequação postural (mobiliário e posicionamento) e mobilidade;
- Recursos para surdos ou pessoas com déficits auditivos;
- Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
- Adaptações em veículos escolares para acessibilidade (MANTOAN, 2008, p. 134).

Sendo assim, a inserção das Tecnologias Assistivas vem assumindo um papel muito importante na edificação da educação inclusiva são recursos que vão desde simples adaptações aos mais complexos sistemas tecnológicos,

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros; fixação do papel

⁵O “Atendimento Educacional Especializado” (AEE), conforme afirma Bersch (apud MANTOAN 2003, p.132), AEE é (...) tudo aquilo que é necessariamente diferente do ensino escolar para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência. Isto inclui, principalmente, instrumentos necessários à eliminação de barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo.

ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; próteses diversas, e inúmeras outras possibilidades (GALVÃO, 2009, s.p).

Dessa maneira, quando falamos de tecnologia nos referimos a recursos mais simples como: talheres modificados, barras de apoio ou a algo mais elaborado como um serviço especializado ou uma Colmeia⁶. Todavia, a tecnologia para nós mais acessível através dos computadores, representa um grande avanço como instrumento capaz de revolucionar o processo de inclusão educacional, com a acessibilidade proporcionada pela TA ao educando com deficiência, propiciando assim uma verdadeira inclusão entre as novas tecnologias e as Tecnologias Assistivas.

Outro aspecto importante para construção de uma sociedade mais inclusiva que também precisa ser discutido são os meios de promoção à acessibilidade dos educandos com deficiência. De acordo com o Decreto 5.296, em seu artigo 8º a acessibilidade remete as,

Condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Assim, discutir o caráter das dificuldades, e refletir acerca do que poderia ser feito para melhorar a qualidade do ensino ofertado, faz-se indispensável para um momento onde a inclusão é a palavra “central” das atuais discussões acerca do assunto. Esta discussão justifica-se a partir de uma compreensão maior do processo de inclusão educacional, vista como um instrumento capaz de tornar a sociedade mais justa, reconhecendo os direitos e também os deveres de todos os indivíduos.

Destacamos então, que todos os serviços prestados as pessoas com deficiência através das Tecnologias Assistivas possuem uma característica multidisciplinar e interdisciplinar podemos mencionar aqueles oferecidos por profissionais de diversas áreas, fazendo a ponte entre o recurso e as pessoas com deficiência, a exemplo do “(...)

⁶A Colmeia “consiste em um acessório (produto) a ser acoplado em um teclado de computador, com a finalidade de auxiliar usuários que possuem pouca coordenação motora /mobilidade reduzida nos membros superiores. A colmeia impede que mais de uma tecla seja pressionada ao mesmo tempo ou que uma tecla seja pressionada indevidamente. Evita que o usuário esbarre em teclas que não deseja pressionar. Normalmente é utilizada com uma ponteira de Pesos” (cf.in: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20136251020784colmeia.pdf>).

fisioterapeuta, fonoaudiólogo, pedagogo, terapeuta ocupacional, esportes, educação, entre outras (...)" (INSTITUO MUITO ESPECIAL, s.d., p.4).

O que as Tecnologias Assistivas esperam destes profissionais é que estes possam a partir da avaliação realizada em cada educando com deficiência, utilizar os recursos oferecidos pela TA para garantir maior acessibilidade e qualidade de vida a todos, esse sem dúvida é o seu objetivo principal, proporcionar não só qualidade de vida como inserir a pessoa com deficiência na sociedade.

Tendo agora o entendimento conceitual da TA e sabendo de sua importância na independência, autonomia e inclusão escolar de educandos com deficiência torna-se importante fazermos uma reflexão acerca da sua inserção no ambiente escolar, o melhor, dizendo, da sua contribuição para ampliar a qualidade de vida das pessoas com deficiência não só nas suas atividades mais simples como em outras que exijam certa complexidade. Por isso Bersch, afirma que:

Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa "fazer" de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, como a utilização de materiais escolares e pedagógicos especiais. É a utilização do computador como alternativa de escrita, fala e acesso ao texto. É promover meios para que o aluno possa desafiar-se a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator. Bersch apud (MANTOAN 2008, p.133).

Por meio dos serviços da Tecnologia Assistiva o professor terá um leque de possibilidades ao seu dispor para atuar de forma mais colaborativa com os demais envolvidos no processo educativo, levando novas informações para os outros profissionais da escola através das inúmeras formações pelas quais terá ao longo do seu trabalho, para que estes possam implantar nas salas de aula regular novas medidas que possam vir a ser utilizadas sempre que necessário, respeitando é claro a diversidade de seus alunos.

A escola para se tornar inclusiva, ela precisa acolher todos os seus alunos, este é o princípio da diversidade garantir que todos possam dividir um espaço de aprendizagem e tornarem-se construtores de seu próprio conhecimento.

2. A PESQUISA EM CONSTRUÇÃO: TIPOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Nós somos culpados de muitos erros e de muitas faltas, mas nosso maior crime é abandonar as crianças, negligenciando a fonte da vida. Muitas coisas de que nós precisamos podem esperar: a criança não pode. Exatamente agora é o tempo em que os seus ossos estão sendo formados, seu sangue está sendo feito e seus sentidos estão sendo desenvolvidos. Para ela, não podemos responder “amanhã”. Seu nome é Hoje.”

(Gabrielle Mistral, poeta chilena vencedora do Prêmio Nobel)

Este capítulo destina-se à apresentação dos “caminhos trilhados” para a realização da pesquisa. Para tanto, no âmbito geral, iremos caracterizar e classificar a pesquisa realizada em campo, a metodologia utilizada, apresentar o campo de pesquisa, os dados coletados, os resultados obtidos e conseqüentemente a análise dos mesmos. A proposta que norteou a elaboração desse trabalho foi averiguar como as escolas da Rede Municipal de Campina Grande-PB estava trabalhando a proposta de Educação Inclusiva, a fim de identificarmos as práticas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais, voltadas á garantia (institucional) do Atendimento Educacional Especializado às crianças com “Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

2.1. Tipologia e procedimentos de pesquisa

A pesquisa teve como objetivo compreender como nas escolas da Rede Municipal de Campina Grande-PB esta trabalhando a proposta de Educação Inclusiva a partir das Salas de Recursos Multifuncionais. Para tanto, tomou-se como objeto de estudo a Sala de Recursos instalada na Escola Municipal Governador Antônio Mariz, também denominada Centro Educacional e Atividades Integradas (CEAI). A partir dos resultados obtidos com a observação foi possível conhecer com maior profundidade a realidade dos alunos atendidos na sala em questão: os recursos de apoio didáticos disponíveis, qualificação/formação dos professores, demais profissionais de apoio

envolvidos. Relevante também para a compreensão da situação em estudo foi analisar a Proposta Pedagógica, antigo Projeto Político Pedagógico da escola a fim de verificar se este contempla como proposta a educação inclusiva.

Este estudo pode ser definido como Estudo de Caso, pois como no dizer de Moreira e Caleffe (2008), objetiva descrever uma dada realidade e a partir dos dados obtidos responderemos as perguntas que deram origem a Pesquisa. Conforme Chizzotti, “(...) o Estudo de Caso objetiva reunir dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores” (2010, p, 135). Assim, torna-se possível conhecer melhor o contexto estudado, e conseqüentemente analisar melhor os resultados obtidos.

A pesquisa também pode ser classificada, quanto aos objetivos, como do tipo Exploratória porque pretendem “(...) proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno” (MOREIRA, CALEFFE, 2008, p. 69), no nosso caso, conhecer os usos das Salas de Recursos Multifuncionais e o tipo de atendimento nelas prestado.

Para fundamentar e instrumentalizar o trabalho, nos amparamos na Pesquisa Bibliográfica, dedicada à leitura dos estudiosos que tratam da questão específica. A Pesquisa Documental foi de fundamental importância, visto ter fornecido além da base legal, as diretrizes e orientações curriculares que norteiam a proposta de implantação da educação inclusiva.

Por se tratar de uma Pesquisa Qualitativa as formas de coleta e registro dos dados foram: observação, diário de campo, a fotografia e o áudio. A observação, que pode ser denominada de participante (direta), foi a opção escolhida já que a partir desta é possível interagir diretamente com o meio observado, possibilitando ao pesquisador maiores subsídios para coleta de dados. A Observação Participante, afirma Chizzotti, é um tipo de observação direta que

(...) pode visar uma descrição ‘fina’ dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade. A observação pode ser participante: experienciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos (...) (CHIZZOTTI, 2010, p.90).

A observação nos permitiu ainda o registro visual (imagem fotográfica) do campo de pesquisa, o que foi importante para melhor ilustrar a nossa fala.

(...) a fotografia capta um momento, uma realidade presente/passado, no momento que ocorre, momento único, jamais repetido, jamais revivido. A foto é a testemunha ocular do fato, é a comprovação do ocorrido, é a existência contida na imagem. O registro fotográfico proporciona comunicação, é fator de reflexão e de questionamento, revela mil possibilidades de interpretações, ainda que num momento congelado e guardado para sempre. A foto motiva mudanças de comportamento e de pensamento, é força motriz de relacionamentos e cria empatia entre o fotógrafo e o ser fotografado (...). (RECUERO, cf. IN: http://web.upla.cl/revistafaro/03_estudios/03_recuero.htm s.d., s.p.).

Também fizemos uso da entrevista com a professora diretamente responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais. De início foi realizada apenas uma conversa informal sobre a rotina da sala, do perfil dos alunos atendidos etc. Após essa primeira conversa e acertados os detalhes da observação, a entrevista formal só foi realizada 15 (quinze) dias depois. A conversa se deu orientada por um roteiro composta por 25 (vinte e cinco) questões (ver Apêndice A). Todas as questões foram voltadas para aspectos importantes no que se refere ao desenvolvimento e uso da Sala de Recursos Multifuncionais. As perguntas foram as mais diversas, desde a formação da professora responsável pela sala, quanto à visão da professora sobre a inclusão, a estrutura física da sala, o projeto político pedagógico da escola, e as competências fundamentais para um formador, entre outras questões.

Os resultados obtidos foram transcritos, interpretados e descritos aos moldes da etnografia, cujo objetivo, como escreve Castro & Mattos, “(...) é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação” (2011, p.51). O tratamento etnográfico dos dados coletados permite ao pesquisador compreender melhor o ambiente estudado, e assim alcançar os objetivos propostos com mais eficácia. “É a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, da sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (CASTRO, MATTOS, 2011, p.54).

Como já mencionado anteriormente, o objetivo geral do estudo era averiguar como as escolas da Rede Municipal de Campina Grande-PB estavam trabalhando a proposta de Educação Inclusiva, a fim de identificarmos as práticas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais, voltadas à garantia (institucional) do Atendimento

Educacional Especializado às crianças com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.As informações que serão apresentadas a seguir resultam da observação realizada numa dessas Salas que oferecem atendimento especializado (AEE) existentes na cidade de Campina Grande.

A observação durou cerca de 15 (quinze) dias – de 15 a 29 de maio de 2012. Esse período de observação, associado à entrevista e as conversas informais, foi suficiente para percebermos como no dia a dia se dava o uso da Sala de Recursos. Neste item apresentamos os dados coletados (a partir da entrevista e da observação), bem como a análise dos resultados obtidos, no sentido averiguar quão próximo ou distante estava o atendimento prestado a partir do que estabelece e orientar as diretrizes governamentais.

A pesquisa de campo nos permitiu ainda colher todas às informações relativas às práticas desenvolvidas em cada atendimento⁷ realizado na Sala de Recursos: olhar como ocorria de fato à prática da professora responsável pelos atendimentos. Também nos possibilitou acesso às diversas situações problemas: conflitos, interferências, hesitações etc. Todo esse conjunto de informações deu sustentação à análise e reflexão que serão realizadas à medida que formos apresentando os dados. Ao nos aproximarmos dos sujeitos pesquisados, compreendemos o tipo de relação existente entre a professora e alunos atendidos na Sala de Recursos. Foi ainda durante a observação foi possível confrontar as informações fornecidas na entrevista com a realidade das práticas de inclusão desenvolvidas no cotidiano da Sala.

2.2 - Caracterização da escola *locus* da Observação

Para colocar em prática a pesquisa foi preciso encontrar uma escola na qual a Sala de Recursos Multifuncionais estivesse em funcionamento. Desse modo, nos dirigimo-nos à Secretária de Educação do Município de Campina Grande para conversamos com a pessoa responsável pelas Salas de Recursos Multifuncionais do Município. Em conversa apresentou-se o nome de algumas escolas, nas quais as Salas de Recursos Multifuncionais já estavam funcionando.

Na primeira escola não tivemos sucesso. Por conseguinte, nos dirigimos para uma segunda instituição localizada no bairro do Jardim Borborema, a Escola Municipal

⁷Estes atendimentos recebem o nome de: Atendimento Educacional Especializado – AEE. Para cada criança existe um Plano de AEE específico, elaborado a partir das necessidades pedagógicas de aprendizagem que apresente.

Governador Antônio Mariz, um dos 03 (três) Centros Educacionais e Atividades Integradas (CEAIS) existentes na Cidade de Campina Grande onde é oferecido Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência e necessidades educativas especiais.

Desde o princípio a recepção foi boa, inclusive por parte da Gestora. Nesse primeiro contato apresentamos a proposta da pesquisa e a mesma, receptiva, nos permitiu realizar a observação. Logo em seguida já nos conduziu a Sala de Recursos para conhecermos e sermos apresentada à professora responsável pelo espaço. Que também, após conhecer a proposta concordou com a realização da nossa pesquisa.

Desse modo, a nossa pesquisa, intitulada: “O desafio da Inclusão Educacional: os (des)usos das Salas de Recursos na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB”, tem como objeto de estudo a Sala de Recursos Multifuncionais instalada na Escola Municipal Governador Antônio Mariz ou Centro Educacional e Atividades Integradas (CEAI), sobre a qual passaremos a apresentar algumas características gerais.

A Escola, fundada em 26 de Outubro de 1995, está localizada na Rua Marcelino Pereira da Rocha, S/N – Bairro do Jardim Borborema/Conjunto Ressureição II em Campina Grande/PB. Recebeu este nome em homenagem ao então chefe executivo do Estado que faleceu durante seu mandato, Antônio Marques da Silva Mariz. A inauguração do CEAI estava prevista para Fevereiro de 1995, mas, por falta de verbas, a obra só foi concluída em outubro do mesmo ano, o que inviabilizou a efetivação do respectivo ano letivo.

No início funcionava apenas nos turnos manhã e tarde oferecendo ensino integral, com o apoio da Secretária de Educação. A partir de 1999, passou a funcionar à noite com o ensino para jovens e adultos, atualmente funciona nos três turnos: manhã e tarde o Ensino Fundamental I; noite: Educação Jovens e Adultos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (setembro de 2007) a escola passou a funcionar no Sistema de Ciclos a partir do ano de 2003, adotado na rede municipal de ensino de Campina Grande no ano de 1997. Atualmente o CEAI disponibiliza suas vagas da seguinte forma:

- O 1º Ciclo Inicial, Intermediário e Final, nos turnos da manhã e noite;
- O 2º Ciclo Inicial, nos turnos manhã, tarde e noite;
- O 2º Ciclo Final, nos turnos tarde e noite;
- O 3º Ciclo Inicial, no turno tarde e noite;

O 4º Ciclo Final, no turno tarde;

A modalidade de Ensino aos Jovens e Adultos (EJA), classificada como Ensino Fundamental Regular, no turno noturno.

A partir da oferta acima apresentada a escola atende a uma demanda de aproximadamente 900 (novecentos) alunos/as, com idades variadas, dos 06 (seis) anos a idade adulta. São alunos/as que residem no entorno da escola, filhos de famílias de baixa renda. Apenas para registro, a primeira turma do Ensino Fundamental concluiu em 2006.

A estrutura física da escola encontra-se distribuída da seguinte forma: 12 (doze) salas de aulas; 01 (uma) Sala de Recurso Multifuncional; 01 (uma) sala de direção; 01 (uma) sala de professores; 01 (uma) sala reservada a equipe de apoio pedagógico; 01 (uma) sala de espera; 01 (uma) sala de TV/VÍDEO, 01 (uma) secretaria; 01 (um) almoxarifado; 01 (uma) cozinha; 01 (um) refeitório; 01 (uma) dispensa; 14 (catorze) banheiros, 01 (um) pátio para recreação; 01 (uma) guarita; 01 (uma) quadra de esportes.

A equipe técnica administrativa é composta por: 01 (uma) gestora e 01 (uma) adjunta, até onde observamos a escola não conta com outros profissionais de apoio administrativo. A equipe técnica pedagógica é composta por 01 (uma) orientadora educacional, 01 (uma) supervisora, 01 (uma) assistente social e 01 (uma) psicóloga – que é a pessoa responsável pela Sala de Recursos e termina atuando também como professora. Fazem parte do corpo docente os professores/as da escola e a profissional responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais.

Por conseguinte, tivemos acesso a Proposta Pedagógica da escola e verificamos que o mesmo não contempla em sua proposta a educação inclusiva ou se quer faz referência as Salas de Recursos Multifuncionais, conforme orienta o “Manual de Orientação: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais”: todas as escolas da rede regular de ensino devem contemplar em sua Proposta Pedagógica os atendimentos de AEE, este deve conter os aspectos funcionais da Sala (cf. ao longo das pp. 7-8). Quando indagamos a Gestora da Escola quais seriam as razões para que a Proposta Pedagógica da escola não contemplasse em seu texto tais questões, ela nos justificou que quando a Sala de Recursos Multifuncionais foi implantada na escola a Proposta Pedagógica já existia, por isso não constava nada sobre as Salas, mas, que a equipe multiprofissional já estava se reunindo para que uma nova proposta fosse criada e em sua reformulação as questões inclusivas fossem contempladas, assim como a implantação das Salas de Recursos.

Entretanto, faz-se importante destacar que embora a Proposta Pedagógica da escola não faça referência à educação inclusiva, a Escola Governador Antônio Mariz foi a primeira escola a disponibilizar parte do seu espaço físico para uma Instituição de Campina Grande que atende a pessoas com deficiência visual. Na época o Instituto dos Cegos de Campina Grande passou por um período difícil, o prédio onde funcionava as instalações do Instituto precisou ser fechado, sem lugar para desenvolver suas atividades o Instituto pode então contar com a ajuda da Escola Governador Antônio Mariz que cedeu um bloco inteiro de suas instalações para o Instituto onde foi possível continuar atendendo as pessoas com deficiência visual e da continuidade as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pelo Instituto dos Cegos.

O que nos entristeceu foi perceber que um dado tão importante como este havia se perdido nos registros da escola, uma ação digna de ser lembrada e registrada pelos seus gestores no histórico da escola Governador Antônio Mariz.

2.3 - As Salas de Recursos Multifuncionais: conceito, tipos e sistema funcional

As Salas de Recursos Multifuncionais⁸ constituem-se em espaço destinado ao atendimento de educandos que apresentam algum tipo de necessidade educativa especial. Consta no documento: “Salas de Recursos Multifuncionais: Espaço do Atendimento Educacional Especializado”:

[As] Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2006, p. 13.).

Logo, o Atendimento Educacional Especializado (AEEs) oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais tem caráter pedagógico, razão pela qual estes espaços deverão ser coordenados por profissionais devidamente capacitados para o uso dos diferentes

⁸Ao longo da Pesquisa Documental encontramos diversos termos empregados para definir as Salas de Recursos, dentre elas podemos destacar: Salas de Recursos Multimeios, Salas Multimeios, Salas de Recursos Multifuncionais etc. Neste trabalho optamos pela nomenclatura **Sala de Recursos Multifuncionais** por ser este o nome encontrado nos documentos oficiais sobre a implantação destas nas Escolas Regulares de Campina Grande e também por ser essa a terminação utilizada pela escola objeto desta pesquisa.

equipamentos e materiais, de modo a proporcionar um atendimento específico à particularidade de cada aluno.

Conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica na sessão: Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, os alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, estão distribuídos em três grupos, a saber:

- a.** Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b.** Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- c.** Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2013, p. 282.).

O uso das Salas de Atendimento foi regulamentado pela Secretária de Educação Especial⁹ (SEESP) em 2006 através do Ofício Circular/MEC/SEESP/GAB nº 20. No documento está dito que as Salas de Atendimento podem ser utilizadas para

(...)o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais (...) (BRASIL, 2006, p.14).

De modo geral, a classificação apresentada e as orientações de atendimento correspondem ao que está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional acerca das necessidades educacionais especiais (cf. nos Artigos 58 e 59). De modo que as

⁹ASEESP foi extinta e suas atividades são de responsabilidade da atual Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Salas de Recursos Multifuncionais tornam-se espaços flexíveis. Pois, permite que o currículo da escola seja orientado para proporcionar acessibilidade aos diversos tipos de deficiência de acordo com a situação educacional de cada escola.

Essas Salas são montadas a partir de um “Programa de Implantação para as Salas de Recursos Multifuncionais” desenvolvido pelo Ministério da Educação.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado – AEE. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE (Cf. In: <http://portal.mec.gov.br>, s.d., s.p.).

Para “ganhar” as Salas o município deve atender a alguns critérios estabelecidos pelo Programa, conforme destaca o “Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais”:

- A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional;
- A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público alvo da educação especial em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala Tipo I;
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala de Tipo II;
- A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE (BRASIL, 2010, p.10).

Conforme descreve o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (cf. ao longo das pp. 10-11) a instalação das Salas obedece a um trâmite específico, e após essa etapa a Secretaria de Educação torna válido o processo de cadastramento da escola e sua indicação contemplada por meio do Programa no Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação – SIGETEC. Esse registro é feito, e no ato de solicitação das salas, as secretarias de educação assumem o compromisso com os objetivos do Programa e realizam no SIGETEC os seguintes passos:

- Adesão e cadastro do gestor do Município (Prefeito), Estado ou Distrito Federal (Secretário de Educação);
- Indicação das escolas conforme os critérios do Programa;
- Confirmação de espaço físico para a sala;
- Confirmação de professor para atuar no AEE;

Após a confirmação da indicação da escola e da disponibilização das Salas pelo Programa, as Secretarias de Educação devem:

- Informar às escolas sobre sua indicação;
- Monitorar a entrega e instalação dos recursos nas escolas;
- Orientar quanto à institucionalização da oferta do AEE no PPP;
- Acompanhar o funcionamento da sala conforme os objetivos;
- Validar as informações de matrícula no Censo Escolar INEP/MEC;
- Promover a assistência técnica, a manutenção e a segurança dos recursos;
- Apoiar a participação dos professores nos cursos de formação para o AEE;
- Assinar e retornar ao MEC/SEESP o Contrato de Doação dos recursos (BRASIL, 2010, p.10-11).

Consequentemente, é encaminhado ao Diretor da escola um ofício do Ministério da Educação por intermédio da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) explicando o objetivo das Salas de Recursos Multifuncionais, a quem se destinam, quais recursos são ofertados em termos de mobiliários, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos. Como cita o próprio documento: “com vistas a ampliar as condições de participação e aprendizagem dos alunos nas escolas de ensino regular” (BRASIL, 2010, s.p.) (Ver ANEXO A).

As Salas de Recursos Multifuncionais organizadas pelo Ministério da Educação são de dois tipos:

a) Salas do Tipo I - voltadas para o atendimento de crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotações. Estão estruturadas com os seguintes materiais: mobiliários (mesa redonda, cadeiras, mesas para os computadores, armário, mesa para impressora, quadro branco); equipamentos tecnológicos (computadores, estabilizadores, impressoras, scanner, teclado colmeia, mouse, laptop entre outros); e os materiais didáticos e pedagógicos (jogos memória com numerais, dominó tátil, bandinha rítmica, esquema corporal entre outros).

b) Salas Tipo II – voltadas para os alunos com deficiência visual. Assim, além da estrutura da Sala do Tipo I, possuem alguns recursos adicionais: equipamentos tecnológicos (impressora braile, máquina de datilografia braile;) materiais didáticos e pedagógicos (reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre tátil, kit de desenho geométrico, calculadora sonora).

A fala da Professora responsável pela Sala, Ana Paula, nos ajuda a entender melhor o que são as Salas de Recursos:

“(...) Faz parte de um programa do Governo Federal é, o Programa Direito a Diversidade e Educação Inclusiva. Então, é uma sala que visa oferecer o atendimento educacional especializado para as crianças com deficiência, são as crianças com deficiência física, visual, auditiva, transtornos globais de desenvolvimento, deficiência intelectual e superdotação. E esta sala de recurso ela tem como prioridade ser um atendimento complementar a gente oferece o AEE, mas, ele é um suplemento da atividade regular ele, não substitui o ensino regular. [Ainda de acordo com a mesma, o objetivo seria] (...) Melhorar a aprendizagem na sala regular participando das atividades da sala de recursos que são atividades que vão trabalhar a questão dos estímulos, da memória, dos jogos pedagógicos onde ele vai aprimorar o conhecimento deles lá na sala regular”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

Os AEEs são realizados prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncionais, pois, eles não substituem o processo de ensino e aprendizagem oferecido na sala regular. Como podemos ver a finalidade deste ambiente, não só na visão da professora responsável pela Sala de Recursos como também no que está estabelecido nas Diretrizes que norteiam o seu funcionamento, é tornar o trabalho desenvolvido neste espaço uma atividade complementar, ou auxiliar as atividades realizadas à sala de aula regular. Desse modo, contribuir para “superar” os obstáculos e as limitações encontradas pelos professores da sala regular, até torna-las menos prejudiciais ao processo de aprendizagem.

Assim, o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais existe para oferecer o suporte necessário ao educando com deficiência, seus serviços são procedimentos específicos criados para os alunos com deficiência ou outra necessidade educativa especial. Como ressalta o Decreto Nº 7.611/2011¹⁰ em seu Artigo 2º, Inciso 2º, o atendimento educacional especializado “deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-

¹⁰ A partir da publicação do Decreto Nº 7.611/2011, foi revogado o Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Funcionando dessa maneira, a escola tornar-se uma grande parceira na eficácia deste serviço, pois, a mesma cabe articular, via corpo gestor e de apoio pedagógico, as condições necessárias para que as Salas de Recursos Multifuncionais possam de fato tornar-se espaços que viabilizem a inclusão. Vale dizer que estes serviços devem ser oferecidos a alunos matriculados na escola ou em escolas mais próximas que ainda não foram contempladas com as Salas de Recursos Multifuncionais. É sobre como funciona a Sala objeto dessa pesquisa que trataremos a seguir.

2.3.1 - As Salas de Recursos Multifuncionais da Escola Antônio Mariz

A Sala de Recursos Multifuncionais implantada na Escola Governador Antônio Mariz é uma das 32 (trinta e duas) unidades disponibilizadas para atender as todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande nos disseram a Professora Ana Paula em uma das nossas conversas. A Sala objeto dessa pesquisa pode ser classificada como do Tipo I, já que não existem registros na escola de nenhuma criança com deficiência visual matriculada ou na comunidade que necessite ser atendida na referida Sala. Todavia, poderá ser convertida em Tipo II à medida que a escola matricule ou precise atender aos educandos com deficiência visual.

Desse modo, a Sala é contemplada apenas com os equipamentos, mobiliários e matérias didáticos pedagógicos destinados ao atendimento das deficiências de caráter intelectual, os distúrbios cognitivos e os transtornos globais do desenvolvimento. O quadro com os equipamentos, mobiliário e materiais didáticos pedagógicos disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais do Tipo I e Tipo II pode ser encontrados no (ANEXO B).

Instalada em um espaço simples, a Sala contém poucos mobiliários: 01 (um) computador, 01 (uma) TV que também funciona como computador no momento das atividades, 02 (dois) teclados – sendo um simples e outro com Colmeia¹¹, 01 (uma)

¹¹A Colmeia “consiste em um acessório (produto) a ser acoplado em um teclado de computador, com a finalidade de auxiliar usuários que possuem pouca coordenação motora /mobilidade reduzida nos membros superiores. A colmeia impede que mais de uma tecla seja pressionada ao mesmo tempo ou que uma tecla seja pressionada indevidamente. Evita que o usuário esbarre em teclas que não deseja pressionar. Normalmente é utilizada com uma ponteira de Pesos” (cf.in: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20136251020784colmeia.pdf>).

impressora e 01 (um) notebook. Esses equipamentos (assistivos) foram distribuídos pelo MEC, são utilizados pelo professor ou outro profissional responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais nas atividades educacionais desenvolvidas com os usuários.

Apesar da simplicidade da estrutura, a sala possui um bom acervo de materiais pedagógicos: memória de numerais, dominó de associação de ideias, jogos com o alfabeto, bandinha rítmica, engrossador de lápis (adaptado com bolinhas de caminhada), livros de linguagem verbal e não verbal entre outros. Inclusive alguns desses materiais são confeccionados pela professora Ana Paula quando necessário. As figuras abaixo ilustram o referido acervo.

Por se tratar de um trabalho que aborda a Educação Inclusiva, e por termos em nossa banca examinadora uma pessoa com deficiência visual, vimos a importância de uma descrição mais detalhada das imagens compostas ao longo desta pesquisa para atendermos as pessoas com deficiência visual que conseqüentemente venham a ler o nosso trabalho.



Figura 1: Os equipamentos tecnológicos da Sala
Fonte: Pesquisa de Campo – Ionath Iamara

Descrição da Figura 1- Imagem dos equipamentos de mídia digital contidos na Sala de Atendimento Especial: 01(um) computador ligado a 01(um) monitor de LCD e a 01(uma) televisão de LCD de 32 polegadas (para atender as pessoas com baixa visão) dispostos em 02 (dois) birôs. Para cada monitor um (um) teclado, sendo que um deles conta com um suporte de TA, 01 (um) Teclado Colmeia. Tem 01 (uma) impressora multifuncional e 01 (um) Scanner de mesa, além dos equipamentos acessórios: mouses e caixas de som. Cada mesa tem 01 (uma) cadeira giratória.



Figura 2: Material Pedagógico da Sala
Fonte: Pesquisa de Campo – Ionath Iamara

Descrição da Figura 2- Imagem dos Materiais pedagógicos contidos na Sala de Atendimento Especial: Dispostos em uma prateleira existe além de brinquedos comuns, alguns brinquedos específicos (para trabalhar o corpo humano), a saber: 03(três) bonecas. 01(um) cubo de encaixe em EVA, alguns jogos pedagógicos (para trabalhar os números e as letras do alfabeto), e 01(uma) bandinha rítmica (para trabalhar os sons) a exemplo: 02(dois) pratos, 02(dois) tambores, e 02(dois) pandeiros.



Figura 3:Material Pedagógico confeccionado pela professora

Fonte: Pesquisa de Campo – Ionath Iamara

Descrição da Figura 3- Imagem dos Materiais pedagógicos confeccionados pela professora contidos na Sala de Atendimento Especial: Dispostos na sala existem 01(um) saco com algumas peças de encaixe (para trabalhar a coordenação motora), 01(um) simulador de teclado digital confeccionado em uma cartolina cor de rosa, com 01(uma) tecla asterisco, 01(uma) tecla jogo da velha e números dispostos de 0 a 9, além de 08(oito) latinhas de leite cobertas com papel branco e fitas coloridas em (azul, verde e amarelo).

A Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Governador Antônio Mariz (CEAI) funciona regularmente, todos os dias de segunda a sexta-feira. O período de funcionamento da Sala é de 04 (quatro) horas ao dia, que ficam distribuídas em média cerca de 01 (uma) hora para cada atendimento. Mas, esse tempo é variável, pode aumentar ou diminuir de acordo com as limitações que cada criança apresenta. É importante esclarecer, que os atendimentos de AEE são realizados apenas de segunda a quinta-feira, porque as sextas-feiras são reservadas para as reuniões com os professores da sala regular em conjunto com a equipe técnica da escola (supervisora, assistente social, psicóloga). Estas reuniões servem para apresentar e discutir o quadro dos alunos atendidos na Sala de Recursos e planejar as atividades que serão desenvolvidas na respectiva Sala.

No período de realização da pesquisa, mensalmente, nas sextas-feiras, ocorriam reuniões para todos os profissionais responsáveis pelas Salas de Recursos do Município com a Coordenadora de Educação Especial do Município de Campina Grande-PB, na época a Professora Iara Moraes. Nesses encontros de formação, os profissionais recebiam orientações quanto ao desenvolvimento do trabalho que deveria ser prestado nas Salas e discutiam-se as novas leis a cerca da inclusão. Também havia espaço para as conversas informais, geralmente sobre as experiências de cada mediador no seu espaço de trabalho.

Segundo a Professora responsável Sala de Recursos Multifuncionais observada,

“(...) existe a formação continuada com os professores da rede, em outro momento eu enquanto professora, passo a formação e oriento as professoras da sala regular. Em outro momento faço eu o planejamento da sala não é, faço o planejamento dos alunos e faço as atividades. Então, a sexta feira é para formação tanto dos professores da sala quanto dos professores da sala regular.”

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

Segundo orientam os principais documentos referentes à implantação e ao funcionamento destas Salas, os atendimentos devem acontecer no turno inverso à escolarização, já que não podem substituir o ensino regular. Conforme consta no Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, “(...) todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular (...)” (BRASIL, 2010, p.06).

Infelizmente, nem sempre é o que acontece. Conforme, vimos durante o nosso período de observação, à maioria dos alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Governador Antônio Mariz estudam e são atendidos na Sala de Recursos no mesmo turno, ambos pela parte da manhã. Os atendimentos se dão seguindo o quadro de horários feito pela professora responsável a Sala de Recursos, durante o dia são feitos no máximo 04 (quatro) atendimentos.

Nesses termos, é possível perceber que a Sala de Recursos da Escola Governador Antônio Mariz, de acordo com as informações prestadas pela Professora responsável, está dentro das orientações legais à medida que presta atendimento para alunos com alguns dos diagnósticos acima relatados, mas, não está dentro das determinações legais referentes ao atendimento dos alunos na Sala de Recursos à medida que não realiza seus atendimentos no turno oposto as aulas da Sala Regular.

2.4 -Conhecendo o trabalho desenvolvido pela profissional responsável

De acordo com o documento “Salas de Recursos Multifuncionais: Espaço do Atendimento Educacional Especializado”, o profissional para atuar na Sala deverá ter,

Curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação

docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (BRASIL, 2006, p. 17).

É importante frisar que além da capacitação adequada aos professores responsáveis pelas salas há inúmeras atribuições, dentre elas podemos destacar a participação nas reuniões pedagógicas, no planejamento, conselhos de classe, participação na elaboração da Proposta Pedagógica (PP) da escola, antigo Projeto Político Pedagógico (PPP). Ou seja, esses professores devem trabalhar sempre em conjunto com os professores das classes regulares e demais profissionais da escola.

Este item é dedicado à apresentação da profissional responsável pela Sala de Recursos da Escola Governador Antônio Mariz, a Professora Ana Paula – de quem obtivemos autorização formal, cujo documento comprobatório encontra-se em anexo (ver Apêndice B).

As Diretrizes governamentais que orientam o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais estabelecem que os profissionais aptos a atuarem nestes espaços devem ter formação inicial adequada para o atendimento às necessidades educacionais especiais, está posto:

(...) professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (...) (BRASIL, 2006, p.17).

O mesmo documento adverte que sem uma formação específica o professor não poderá desempenhar a função de mediador nas Salas de Recursos. No caso da Professora Ana Paula é possível afirmar que a mesma atende aos requisitos exigidos pelos documentos¹²: como formação inicial possui o curso Pedagógico e Graduação em Licenciatura em Psicologia, Especialização (Pós-Graduação) em Inclusão Escolar.

A entrevistada trabalha na Escola já há 5 (cinco) anos. Ao longo desses anos (e ainda hoje) divide seu tempo ocupando duas funções: psicóloga e professora

¹² Os documentos referidos são: Documento Orientador Programa implantação de Salas de Recursos – Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para atendimento educacional especializado. (Ambos criados pelo Ministério da Educação-MEC)

responsável pela Sala de Recursos. Relatou-nos que já havia atuado em classes regulares em outras escolas (privadas). Segundo Ana Paula, esta experiência ajudou a compreender como os professores da sala regular se sentem quando têm educandos com deficiência na sala e não possuem, na maioria das vezes, formação adequada para trabalhar com eles. Comentou que, geralmente, eles ficam perdidos, e acabam indiretamente excluindo estes alunos por não saberem lidar com as particularidades de cada um.

A professora Ana Paula considera as reuniões com a equipe técnica da escola (supervisora, assistente social, psicóloga) de grande importância. Por meio dessas reuniões a professora responsável pela Sala de Recursos pode repassar às colegas que atuam nas Salas Regulares as informações obtidas nas formações mensais oferecidas pelo Município. Disse-nos a mesma que além de trazer

“(...) os fascículos do curso de AEE do MEC, outros livros, e a gente sempre discute, por exemplo: um estudo de caso, como está o andamento das outras salas baseado sempre no plano específico de cada aluno, a gente discute o que é comum a todos, onde uma pode ajudar a outra em relação às dificuldades que está enfrentando com a família (...)”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

A partir das declarações da entrevistada é possível concluir que a troca de experiências entre as profissionais responsáveis pelas Salas de Recursos do Município, ocorridas nas reuniões mensais, são importantes. Este intercâmbio de experiências contribui para que estas profissionais possam trazer para as escolas onde atuam, as peculiaridades de outros lugares para que assim as colegas responsáveis pelas Salas Regulares possam compreender melhor as dificuldades enfrentadas em outros locais.

Pois, muitas vezes a Sala de Recursos acaba não sendo vista com bons olhos pelos profissionais da Sala Regular, à medida que estes não conseguem entender a verdadeira finalidade das mesmas. Geralmente, são vistas como uma sala destinada ao reforço escolar, o que não corresponde aos serviços prestados pela Sala. Na verdade as Salas de Recursos Multifuncionais existem para minimizar as barreiras impostas pela exclusão ao longo dos anos, mostrando que as diferenças existem sim, e que somos todos diferentes, andamos e aprendemos de formas diferentes. E o que precisamos é aprender a lidar com as diferenças, e respeitá-las sejam elas de ordem social ou biológica. Pois, a sociedade é de todos nós, e a escola faz parte desse contexto, tornando-se direito de todos!

Estamos assim tratando sobre o direito à inclusão, que para a profissional responsável pela Sala de Recursos.

“(...) é uma proposta difícil né, a priori. Mas, não é impossível até porque ao longo da história a gente vem vendo que vem acontecendo bastante coisas positivas não é. [Porém, a professora ressalta que para que aconteça] (...) a inclusão ela precisa se diferenciar da integração, porque, integrar é quando você obrigatoriamente aceita aquele aluno na sala, e ele é só um mais um. E o processo de inclusão é o processo que oferece a mesma oportunidade para os alunos ditos normais, e para os alunos deficientes. Incluir é realmente está com o aluno deficiente na sala regular, com o apoio específico que ele precisa, sem que necessariamente ele saia daquela sala, que ele seja aceito por todos.” (Grifo nosso).

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

A Professora Ana Paula frisa bem a importância de distinguirmos a integração da inclusão. É importante ressaltar que muitas pessoas confundem os dois processos e acabam achando que integrar e incluir são a mesma coisa, quando na verdade são procedimentos distintos. Como esclarece Carvalho: no processo integração, os alunos devem “(...) adaptar-se às exigências da escola e, no da inclusão, a escola é que deve se adaptar às necessidades dos alunos”. (2004, p. 68).

Neste sentido, podemos perceber o quanto as duas propostas diferem uma da outra: é a inclusão a proposta que se aproxima dos princípios de igualdade e equidade que a educação tanto precisa. Incluir vai muito além da inserção de um aluno em uma Sala Regular ou em uma Sala de Recursos Multifuncionais, incluir é proporcionar ao educando o direito à igualdade de oportunidades de acordo com as diferenças individuais de cada um.

É dentro da perspectiva inclusiva que a professora responsável pela Sala de Recursos planeja as atividades da Sala. Conforme estabelecido nas orientações oficiais não é adequado realizar ao mesmo tempo atendimentos com crianças que possuem diferentes tipos de deficiência, uma vez que os planejamentos ou planos elaborados pela professora são específicos, intransferíveis, únicos a cada aluno atendido. Cada atividade é minuciosamente pensada de acordo com as particularidades dos alunos, contemplando não só a aprendizagem destas crianças como também outros pontos importantes para o seu desenvolvimento, tudo idealizado a partir do plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A própria Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, afirma que

(...) as definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões (...). Portanto, esse (...) dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2008, p.15).

Os atendimentos realizados nas Salas de Recursos Multifuncionais acontecem conforme estabelecido nas Leis que a norteiam: o perfil dos alunos atendidos na Sala precisam estar dentro dos tipos de deficiências, distúrbios, altas habilidades. Sobre esta questão nos disse a Profa. Ana Paula que para ser atendido na Sala de Recurso é preciso

“(...) ter o seguinte perfil: digamos, o/a aluno/a que é atendido na Sala de Recurso ele/a tem que realmente ser um/a aluno/a com deficiência, dentro dessas deficiências: físicas, auditivas, visual, superdotação ou TGD que entra aí o autismo. Então, inicialmente a gente faz a entrevista com o/a professor/a da Sala Regular, que é o primeiro que tem o contato com o aluno, aí o/a professor/a da Sala Regular percebe, ou o aluno já tem uma deficiência aparente e o/a encaminha para a Equipe Técnica da escola, nessa equipe técnica deve ter o/a Assistente Social, (um/a) orientadora e (um/a) psicólogo/a e o/a supervisor/a. O/a Assistente Social vai fazer uma visita a essa família e traz o encaminhamento para minha sala, para que a gente possa fazer o instrumento de entrevista, colher informações de como foi o desenvolvimento, e o nascimento da criança junto com a psicóloga. No caso aqui do Antônio Mariz eu faço essa função porque eu sou Psicóloga, mas, no caso se eu não fosse psicóloga, porque a pessoa que está na sala tem que ser Pedagoga. Então, como eu sou Pedagoga, eu estou na Sala, mas, se eu tivesse só Psicologia eu não estaria na Sala. Porque, tem que ser um trabalho de Pedagogia. Então, como aqui no Mariz, eu também trabalho como Psicóloga, eu faço o instrumento de anamnese que é a entrevista inicial com a família, e a gente colhe todas as informações pra ver se a deficiência ocorreu durante o parto ou após o parto no caso de algumas deficiências intelectuais ou paralisia cerebral, e em seguida a gente faz o planejamento de atividades, não o planejamento de AEE. O planejamento do AEE a gente faz após alguns atendimentos com o aluno para ver todas as possibilidades que ele pode nos oferecer para a gente encaixar, para estimular cada vez mais a capacidade deles (...)”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

Como podemos ver acima para serem acolhidos nas Salas de Recursos os alunos precisam atender a uma série de critérios, não é apenas está matriculado no Ensino Regular, até porque as crianças atendidas na Sala podem vir de outras escolas de bairros próximos, independentes de serem oriundos da rede municipal ou não.

Outro ponto importante exigido pela escola para que esses atendimentos aconteçam são os encaminhamentos médicos especializados, pois, para terem acesso ao atendimento especializado, os alunos devem vir com um laudo médico detalhando qual o tipo de deficiência, síndrome, ou distúrbio que os mesmos possuem. Na escola pesquisada apenas 01 (um) dos alunos assistidos não possuía laudo médico. Como a

criança está matriculada na escola, a professora da Sala regular na qual ele está inserido solicitou o atendimento com base nas suas próprias observações. Quando isto ocorre, a criança é acolhida e o atendimento de AEE é prestado. Em seguida é enviada à família uma orientação solicitando investigação médica e/ou um encaminhamento para instituições especializadas.

A situação anteriormente relatada comprova o quanto é importante à relação estabelecida entre a Professora responsável pela Sala de Recursos, a Professora da Sala Regular e a Equipe Técnica da escola. Conforme consta na Nota Técnica nº 11/2010, que traz as orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, as Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas de ensino regular devem

(...) estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais (...) (BRASIL, s.d., p. 5).

Estes segmentos juntos tornam o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos muito mais rico, criterioso e eficaz assegurando os alunos efetivas condições de acessibilidade, participação, e aprendizagem a partir de suas necessidades específicas. Assim, para o sucesso dos atendimentos de AEE o professor responsável deve ajustar outras informações a respeito das crianças atendidas: subsídios de cunho pedagógico, social, familiar e médicas. Estes subsídios são fundamentais para que o atendimento desenvolvido na Sala alcance os resultados esperados.

Diante do exposto, não podemos deixar de ressaltar a importância do trabalho realizado pela Professora Ana Paula, um trabalho que vai além das possibilidades dadas, superando os obstáculos encontrados e que se diga não são poucos, mas que precisam ser superados ao longo do caminho, tanto pela própria Ana Paula quanto pelas próprias crianças muito mais conscientes que nós da importância da educação inclusão para as suas vidas.

A luta das pessoas com deficiência para serem vistas como indivíduos capazes de produzirem seu próprio conhecimento não é fácil, é uma caminhada longa e árdua, é uma luta diária que muitas vezes começa no seio familiar e se propaga na sociedade como um todo. Quando na verdade o que muitas vezes estas pessoas precisam é

sentirem-se acolhidas, aceitas – de fato e de direito – por todos que as cercam. É possível que as barreiras continuem a existir, mas é certo que está iniciado o processo de inclusão que viabiliza conquistas e descobertas para as pessoas com deficiência a partir das capacidades e limitações de cada uma.

3. AEES REALIZADOS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA CEAI: RELATO DE OBSERVAÇÃO

“O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Boaventura de Sousa Santos (1997)

No período da observação a Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Governador Antônio Mariz estava atendendo apenas crianças com deficiência intelectual e crianças síndrômicas, naquele momento não atendia alunos com outros tipos de deficiências consideradas mais severas. Isso porque, a própria estrutura física da escola, e principalmente da Sala de Recursos, não oferecia estrutura para atender alguns tipos de deficiência, a exemplo da falta de acessibilidade para as crianças com deficiência física.

Em uma conversa informal com a Professora responsável pela Sala de Recursos, nos foi relatado que há alguns anos atrás a escola pesquisada atendeu a 01 (uma) criança com deficiência motora, a mãe da criança e a própria Professora responsável pela Sala eram as responsáveis pela locomoção da criança da parte externa da escola para a parte interna da sala. Como a Sala não possuía a estrutura adequada para atendê-lo, a criança foi impedida de receber o atendimento necessário, pois a mãe do aluno percebendo a falta de infraestrutura para atendê-lo decidiu não mais o trazer para os atendimentos de AEE. Passado o tempo, a Sala de Recursos ainda continua a não permitir a entrada de cadeirantes já que desde a sua implantação não havia passado por nenhuma reforma.

Essa questão nos leva a refletir sobre um ponto muito importante, a real situação em que vivem as pessoas com deficiência. Quando indagada a respeito dos recursos arquitetônicos necessários para o funcionamento da Sala de Recursos vemos o que a Professora Ana Paula nos afirmou a respeito,

“(...) Bom, aqui na escola a única coisa que está faltando para que o trabalho seja realmente essencial é a questão da acessibilidade não é! A estrutura física isso é o que exclui alguns alunos cadeirantes da comunidade de ter acesso a sala de recurso do Antônio Mariz. Mas, nós temos aqui jogos adaptados para recebermos deficientes visuais, temos computadores adaptados para receber deficientes auditivos e a deficientes visuais, temos todos os tipos de jogos que possam se adaptar a deficientes, outros nós construímos, a sala é ampla. Então, na verdade a única coisa que está faltando é a questão da estrutura física, as rampas, um banheiro adaptado, uma porta alargada é o que está faltando”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

Contrapondo-se a esta visão, estudiosos envolvidos com a educação da pessoa com deficiência, como está posto na Revista de Tecnologia Assistiva, afirmam que os projetos arquitetônicos para a acessibilidade,

São uma das categorias mais importantes das tecnologias assistivas. A sua inexistência provoca a total exclusão social da pessoa com deficiência. São adaptações estruturais (...) que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência. (INSTITUTO MUITO ESPECIAL, s.d., p.10).

Ainda no que concerne a este assunto, perguntamos informalmente a professora os motivos pelos quais a Sala de Recursos da Escola ainda não contemplava tais adaptações em sua estrutura física, já que existe uma legislação em vigor que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida desde o ano de 2000, trata-se da Lei Nº 10.098 regulamentada pelo Decreto Nº 5.926. Em seu Capítulo II, art. 3º, especifica:

O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torna-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (INSTITUTO MUITO ESPECIAL, s.d., p.15).

Na ocasião, a Professora Ana Paula não soube explicar os motivos pelos quais a Sala de Recursos não passou pelas devidas reformas em sua estrutura. Em linhas gerais, podemos perceber que existe uma lacuna entre o que nos assegura a lei e o que de fato acontece na prática de algumas escolas. Pois, independente da escola pesquisada atender ou não alunos cadeirantes ou com qualquer outro tipo de deficiência, há uma lei determinando que todos os espaços públicos devem tornar-se acessíveis as pessoas com deficiência.

Na verdade, a realidade da Escola Antônio Mariz retrata a realidade que encontramos em muitos espaços educacionais, mostrando-nos o quanto nossas escolas ainda estão distantes de tornarem-se “capacitadas” para a inclusão de determinados tipos de deficiência.

Os entraves arquitetônicos deveriam ser a primeira etapa da inclusão a ser superada, pois, como poderemos de fato propiciar uma inclusão a todos àqueles que necessitam sem proporcionar as condições mínimas de acessibilidade que esses indivíduos carecem. Todas as escolas deveriam estar adequadas às necessidades de seus alunos, sejam eles deficientes ou não, esse é um direito assegurado na nossa Constituição: a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino (cf. Artigo 3º 206, inciso I).

Para melhor compreendermos os dados coletados necessário se faz discorrer sobre as atividades e as práticas desenvolvidas naquele ambiente de aprendizagem voltadas à garantia (institucional) do atendimento educacional especializado às crianças com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (como passou a definir a LDB, em recente reformulação¹³) afim de verificar se estas atendem as determinações legais. Desse modo, torna-se mais fácil compreender se de fato o trabalho desenvolvido na escola pesquisada contempla a proposta de Educação Inclusiva, se atende às necessidades específicas das crianças atendidas ou se existe neste ambiente apenas uma Pseudo-Inclusão – aqui compreendida como o resultado de uma inclusão de “faz de conta”, por assim dizer “falsa”¹⁴.

A observação foi um dos meios mais importantes utilizados em nossa pesquisa por ter nos permitido adentrar mais detalhadamente o ambiente que estávamos pesquisando e conhecer de perto os pontos positivos e negativos existentes na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Governador Antônio Mariz. Deste modo, as informações apresentadas a seguir resultam da observação realizada em nosso campo de estudo.

¹³A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada em 1996, passou por recente reformulação, dentre estas está a reformulação dos termos conceituais e tipificadores anteriormente referidos as pessoas com deficiência e outros tipos de necessidades educativas especiais. Conferir na Lei 12.796 de 04 de abril de 2013.

¹⁴Sinônimo de falso – De acordo com o dicionário de Sinônimos Online a palavra FALSO tem 8 sentidos a saber: **Que não é exato**: errado, errôneo, incerto, incorreto, inexato. **Aparente e ilusório**: aparente, criado, dissimulado, enganoso, fictício, ilusório, inventado, simulado. **Falsificado e inautêntico**: adulterado, adulterino, alterado, contrafeito, espúrio, falsificado, ilegítimo, inautêntico, modificado, viciado, vicioso. **Infundado e inverídico**: improcedente, infundado, injustificável, injusto, inverídico, vão. Disponível em: <http://www.sinonimos.com.br/falso/> Pesquisado em 07 de maio de 2014.

Durante a nossa pesquisa de campo acompanhamos 12 (doze) atendimentos de AEE ao término da nossa observação, foram atendidas na Sala 03 (três) do sexo feminino e 06 (seis) do sexo masculino, com faixa etária entre 06 (seis) e 18 (dezoito) anos de idade, todos de classe social de baixa renda.

A maioria das crianças frequentam os atendimentos de AEE com bastante assiduidade. Durante o período que estivemos realizando nossa pesquisa apenas uma das crianças não comparecia mais a escola já há 02 (duas) semanas, em casos como esse logo é acionado a visita domiciliar com o apoio da Assistente Social ou da Psicóloga para conhecer as razões das faltas da criança na Sala de Recursos. O Quadro a seguir apresenta o perfil dos alunos atendidos.

QUADRO 1

PERFIL DOS ALUNOS ATENDIDOS NA SALA DE RECURSOS, E OS SEUS DIAGNÓSTICO

ALUNOS ATENDIDOS	DIAGNÓSTICO	IDADE	ANO ESCOLAR
A.M	Déficit de Atenção Deficiência Intelectual Transtorno da Fala	09	4º Ano
R	Síndrome de Dawn	18	7º Ano
L	Déficit de Atenção	06	2º Ano
J	Deficiência Intelectual (Problemas de ordem neurológica - Não especificado em seu diagnóstico) Dificuldades Motoras	08	1º Ano
P	Não especificado em seu Plano de AEE	_____	_____
T	Síndrome do X Frágil	11	2º Ano
A.C	Déficit de Atenção Deficiência Intelectual Transtorno da Fala	06	1º Ano
B	Não especificado em seu Plano de AEE	_____	_____
E	Não especificado em seu Plano de AEE	_____	_____

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos atendimentos que acompanhamos apenas 03 (três) serão aqui apresentados e analisados por representarem um ‘extrato’ dos demais atendimentos, a saber: um atendimento a uma criança com Deficiência Intelectual, uma com Síndrome do X Frágil e uma adolescente com Síndrome de Dawn. Mostraremos a seguir o relato das atividades que a professora Ana Paula desenvolveu com os 03 (três) alunos.

QUADRO 2

ATENDIDO: A.M., 09 ANOS - 4º ANO
DEFICIÊNCIA: A ALUNA APRESENTA CARACTERÍSTICAS COMPATÍVEL
COM DEFICIT DE ATENÇÃO, TRANSTORNO DE FALA E DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL

Descrição - 1º Atendimento
<p>Conteúdo: Português Atividades: História ‘Sai da lama Jacaré’, jogo com letras, escrita, desenho. Objetivo: Aprender novas palavras, associação dos objetos e figuras, construção uma nova história a partir das imagens trabalhadas, trabalhar as palavras escritas ao seu nome, ou nome dos personagens.</p>
<p>A mediadora dividiu o atendimento em quatro etapas. A primeira etapa abordava uma história chamada: “Sai da lama jacaré” da escritora Graça Lima. Enquanto fazia a explanação da história que era de linguagem não verbal, Ana Paula aproveitava para explorar os recursos disponíveis na história como as vogais e as cores. Ao trabalhar as vogais a mediadora relacionava as vogais contidas na história com as vogais que formavam o nome da história trabalhada. Ao longo da atividade percebia-se que a aluna tinha dificuldades para concentrar-se, pois, esquecia o tempo todo quem era o personagem principal da história, por isso, a mediadora recapitulava a história a todo instante. A partir das imagens contidas no livro a aluna realizou suas próprias inferências e disse que aquele jacaré estava indo a escola. Porém, todos iam ter medo dele! Mas, logo voltou atrás e disse: Não, na verdade todos serão seus amigos [Realmente na história todos os animais eram amigos do jacaré]. Quando a mediadora concluiu o reconto pediu que a aluna desse nomes aos personagens, ela só quis dar nome ao Jacaré e curiosamente ela deu a ele um nome feminino ‘Maria’, mas, logo questionou : se ele era homem não pode se chamar Maria não é mesmo? Ao término da atividade a mediadora perguntou se a aluna havia gostado da história e quem era o personagem principal? E ela já não lembrava mais quem era, e voltou a dizer que o personagem central da história era na verdade um dragão ou talvez uma lagartixa, foi então que mais uma vez Ana Paula foi indagando a aluna a respeito dos personagens e ele lembrou quem era o personagem central da história trabalhada. A segunda etapa foi direcionada com jogos, na verdade se tratava de um jogo com letras para que a aluna identifica-se o seu próprio nome. A mediadora conduziu a atividade mostrando as letras, e trabalhando o som delas já que na escola o método adotado em sala é o ‘Método Fônico’. A princípio a aluna não conseguiu formar seu nome corretamente contemplando apenas as letras [M A A M] compostas no seu primeiro nome e [B M A] compostas no segundo, só depois de um tempo ela conseguiu formar corretamente o seu nome inteiro. A mediadora aproveitou para trabalhar a separação de sílabas e a</p>

quantidade de letras compostas no seu nome, e a aluna conseguiu fazer a contagem nos dedinhos corretamente. Foi então, que a mediadora embaralhou todas as letras novamente e pediu que sozinha ela formasse seu nome mais uma vez, a aluna formou um novo nome, porém, ela trocou todas as letras por letras que não faziam parte do seu nome, e mais uma vez voltamos ao início da atividade até que aula tivesse êxito na atividade. A terceira etapa foi direcionada para a escrita, a escrita do seu nome! A mediadora pediu que a aluna escrevesse o seu primeiro nome em uma folha e ela conseguiu acertar. Porém, ao escrever o seu segundo nome ela atrapalhou-se e escreveu com as letrinhas trocadas, foi aí que ela mesma tentando ler o que havia escrito conseguiu perceber que a escrita estava errada, e sozinha formou corretamente os seus dois nomes sem a intervenção da mediadora. Para finalizar o atendimento a mediadora pediu para a aluna criar um desenho recontando a história que havia sido trabalhada, ela já havia esquecido que história tinha sido contada! Foi aí que a mediadora resolveu cantar uma música cujo personagem central era um jacaré e a aluna lembrou que a história trabalhada falava do mesmo personagem contido na música, ela então desenhou um jacaré e ao lado dele a Chiquinha do seriado Chaves, na hora não quis explicar o porquê do desenho, mas, ficou feliz ao perceber que o desenho estava pronto.

Fonte: Pesquisa de Campo em: 15 de Maio de 2012.

A aluna A.M, tem 09 (nove) anos de idade e está no 4º (quarto) ano da Escola Governador Antônio Mariz. Quando A.M chegou a Sala de Recursos Multifuncionais ainda não existia um diagnóstico estabelecido a seu respeito. Foi então, que a profissional responsável pela Sala solicitou que a criança passa-se por uma avaliação neurológica para identificar que tipo de deficiência possuía. Uma vez feito este procedimento, a aluna começou os seus atendimentos na Sala.

A.M foi diagnosticada com características compatíveis a deficiência intelectual, déficit de atenção e transtorno de fala.¹⁵ Após o diagnóstico o segundo passo foi traçar um plano de AEE para a aluna estabelecendo como proposta atividades pedagógicas específicas que possibilitasse a aluna desenvolver-se de forma satisfatória. Essas

¹⁵**Deficiência Intelectual ou Deficiência Mental (DM – como não é mais chamada):** é o estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, oriundo no período de desenvolvimento, e associado a limitações de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade em comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais. (cf.in: <http://www.revistapontocom.org.br/artigos/deficiencia-intelectual-o-conceito>); **O transtorno do Déficit de atenção:** é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda sua vida, ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. (cf.in: <http://www.tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-o-tdah.html>); **Transtorno da Fala:** é um impedimento ou dificuldade de comunicação através das palavras. (cf.in: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dist%C3%BArbio_da_fala).

atividades e recursos são pensados para trabalhar, de modo contínuo sua coordenação motora, suas habilidades visuais e auditivas e seu raciocínio criativo.

No atendimento que presenciamos percebemos que a mediadora não se prende apenas aos equipamentos tecnológicos disponibilizados na Sala, e sim que a partir do planejamento de AEE Ana Paula utilizou-se de vários recursos para estimular a aprendizagem da criança atendida, coordenando as atividades com outros recursos que variam desde a inserção tecnológica, até a leitura de um livro, jogos didáticos pedagógicos com letras, números etc.

Outro ponto que merece ser salientado é que durante a realização das atividades propostas Ana Paula teve o cuidado de dividir as tarefas em etapas isso é muito importante para que a criança possa ir assimilando a atividade de forma gradativa, as crianças com o diagnóstico de A.M precisam ser ensinadas, as regras precisam ser bem explicadas, sempre de forma clara e objetiva para que a aluna compreenda.

Os recursos pedagógicos são muito importantes para a construção deste processo de ensino-aprendizagem, podemos observar isso durante o atendimento da aluna A.M, em que torna-se perceptível os avanços apresentados pela aluna, e a insistência da profissional para que sozinha, porém, mediada, a aluna levante suas hipóteses, questione, corrija seus erros e caminhe com suas próprias pernas.

Essa discussão faz-se relevante já que muitas vezes ao falar das Salas de Recursos Multifuncionais as pessoas esperam que as atividades desenvolvidas sejam apenas de caráter tecnológico, o que é um engano, sem dúvida a tecnologia é um recurso a mais, e muito importante. Mas, neste espaço também podem ser desenvolvidas atividades sem o uso deste recurso, contando apenas com o auxílio de materiais pedagógicos como, por exemplo: livros, jogos com números, letras, quebra-cabeça entre outros. Podendo, portanto, utilizarem-se diversos instrumentos para compor os atendimentos de AEE como reforça a fala da entrevistada:

“(...) a sala é totalmente pedagógica, o trabalho feito na sala é pedagógico (...). Nas nossas formações a gente estuda um fascículo que vem do MEC, ele é todo sobre deficiência intelectual e lá nós temos as atividades coletivas para desenvolver, lembrando que a gente quando desenvolve uma atividade a gente não desenvolve assim: Essa atividade é para o deficiente intelectual! Não, a gente vai trabalhar em cima da possibilidade daquela criança, a gente não vai focar na sua deficiência não, a gente vai focar no que ela pode nos oferecer. Então, a deficiência intelectual que nós temos aqui é muito recurso visual, é muito jogo de memória, é muito jogo de montagem de quebra cabeça, que possibilitam o raciocínio lógico e isso é oferecido na sala mesmo (...)”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

É importante frisar que cada uma dessas crianças atendidas na Sala de Recursos possui neste espaço uma pasta com todos os seus dados, e principalmente quais são as dificuldades apresentadas na sala regular por estes educandos, para que assim possa ser elaborado um planejamento individual de AEE como já foi citado ao longo do texto, e são essas informações coletadas ao longo dos atendimentos que permitem ao profissional responsável pela Sala perceber ou não a evolução destes alunos.



Descrição da Figura 4-A figura 4 é composta por 02(duas) imagens. Nas 02(duas) imagens a professora responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais está realizando um Atendimento de AEE a aluna “A.M” diagnosticada com Deficiência Intelectual. As 02(duas) aluna e mediadora estão sentadas e a respectiva atividade está sendo desenvolvida no computador.

Figura 4: Atendimento de AEE a aluna A.M

Fonte: Pesquisa de Campo – Ionath Iamara

A seguir apresentaremos outra atividade com proposta diferenciada.

QUADRO 3

ATENDIDO: T., 11 ANOS - 2º ANO
DEFICÊNCIA: O ALUNO APRESENTA A SÍNDROME DO X FRÁGIL.

Descrição - 2º Atendimento
<p>Conteúdo: Matemática</p> <p>Atividades: Jogo do coelho sabido – jogo da memória, jogo das cores, jogo dos números, esconde-esconde.</p> <p>Objetivo: Trabalhar a concentração e memorização, as cores, e formas geométricas, trabalhar o tamanho dos objetos.</p>
<p>A mediadora iniciou o atendimento com um jogo bastante conhecido entre as crianças que são atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais, e dividiu esse momento em quatro etapas, o jogo escolhido para nortear todas as atividades desenvolvidas no dia chama-se: ‘Coelho Sabido’, um software educativo (jogo) que trabalha com as cores, formas geométricas, pequenas contas de adição, subtração etc. Antes de iniciar o jogo este é preciso que o aluno identifique-se, ao entrar é solicitado que o aluno procure o seu nome na lista que fica arquivada a memória do jogo desde a sua primeira entrada, ou que o aluno digite seu nome caso não o encontre na lista, a atividade então já iniciou-se aí a mediadora Ana Paula pediu para que o aluno procura-se na lista o seu nome, a princípio ele não identificou seu nome na lista. Ana Paula questionou: você tem certeza que ele não está aí? E o aluno respondeu que sim! Então a mediadora pediu que ele digita-se as letras e fosse formando o seu nome, à medida que as letras foram aparecendo na tela, o aluno disse é meu nome, o ‘T’ forma a primeira letra do meu nome não é? Então ele estava naquela lista, não estava agora eu sei que estava! Ana Paula então aproveitou para trabalhar as letras que formavam o nome do aluno, as vogais e as consoantes e aos poucos ele foi reconhecendo cada uma delas. Dando continuidade à atividade a mediadora escolheu um jogo da memória que trabalha as letras, os números, os padrões e as formas similares, neste jogo o grau de dificuldade vai aumentando gradativamente, pois, a cada vez que a criança consegue avanços o jogo vai somando um novo desafio a etapa anterior, exemplo: primeiro são apenas as formas geométricas, na etapa seguinte, as cores são adicionadas as formas geométricas e assim por diante. Logo no começo da atividade percebemos que o aluno tinha muita dificuldade de concentrar-se no que estava fazendo, ele se balançava o tempo todo, olhava para outros objetos a sua volta, dizia que estava cansado, repetidas vezes, visto que o aluno não conseguir prender-se a mesma atividade por muito tempo. No entanto a mediadora, o estimulava o tempo todo a continuar naquela atividade, Ana Paula perguntava ao aluno quais eram as formas geométricas que ele estava vendo, quais eram as formas que combinavam, ao encontrar os pares e se tinha algum objeto na sala parecido com aquele disponível no jogo. Em alguns momentos ele interagiu muito bem com a atividade, respondia as perguntas da mediadora com entusiasmo, mas, quando ele tentava realizar uma combinação entre as cartas e não conseguia ficava mais agitado, já quando acertava ficava eufórico. O interessante neste jogo é que o coelho personagem principal estimula o jogador o tempo todo com inúmeros incentivos exemplo: fantástico, legal, impressionante, parabéns, você vai encontrar todos os pares etc. E nos momentos em que acertava e ouvia os elogios feitos pelo coelho, ele ficava muito entusiasmado, e dizia: “viu, eu acertei, vamos de novo, quero outra vez!” Ele gostava de ver o coelho falar, e muitas vezes até se auto elogiava, não esperava nem o coelho terminar de falar. A segunda atividade foi voltada para as cores, esse jogo é composto por um quadro de pintura em que o aluno vai clicando no espaço e nas cores que desejar até montar o quadro e concluir a atividade, nesta etapa da atividade o aluno não</p>

demonstrou nenhum interesse pela proposta, e pediu para que Ana Paula trocasse a atividade. A mediadora insistiu para continuar na proposta pensada, mas, quando viu que não ia adiantar e que poderia deixá-lo estressado com a insistência resolveu passar para a próxima atividade. A terceira proposta foi o jogo dos números, esse jogo trabalha também a questão musical. O personagem central que acompanha o aluno durante a atividade é uma gatinha, ela mostra os números e o aluno vai clicando nas plaquinhas dadas pela gatinha, os números às vezes aparecem em ordem crescente, outra hora em ordem decrescente, durante a realização da atividade o aluno mostrou um pouco mais de interesse nesta proposta, a mediadora ia indagando sobre os números que apareciam e ele conseguiu reconhecer a maioria deles, porém, não conseguia fazer a associação de da ordem em que estavam os números, sempre que a mediadora perguntava ele respondia que número era, mas não conseguia dizer na ordem que apareciam no jogo seja ela crescente ou decrescente. É importante frisar que assim como acontece em outros momentos do jogo, neste a gatinha também interage com a criança o estimulando a não desistir, e é exatamente nesta etapa que entra a questão musical. A gatinha canta durante o jogo a seguinte canção: ‘Canta comigo que eu canto com você! Você aprende os números em tudo que fizer 1,2,3 chegou a sua vez, dentro desse clube você pode ver que é fácil de aprender ...’. Neste momento o aluno interagiu bem e cantava junto com a gatinha! A quarta atividade chama-se esconde-esconde, neste jogo existem cinco quadros diferentes o coelho fica escondido nestes quadros e a criança precisa procurar pelo coelho, o coelho vai dando dicas de onde pode estar mandando a criança procurá-lo de acordo com as cores que lembram o coelho, mais está também foi uma das atividades que não despertou a atenção do aluno, ele ficou bem disperso neste momento e acabou levantando da cadeira, disse que não queria mais aquela atividade, a mediadora preferiu não insistir e deu a atividade findada ali, pois, o horário de atendimento dele estava terminando e logo outro aluno chegaria para o atendimento.

Fonte: Pesquisa de Campo em: 16 de Maio de 2012.

O aluno “T” tem 11 (onze) anos de idade e está no 6º (sexto) ano. Não está matriculado na Escola Governador Antônio Mariz e sim numa escola localizada no mesmo bairro. O aluno chegou a Sala de Recursos Multifuncionais com um diagnóstico pré-estabelecido a seu respeito: Síndrome do X Frágil.¹⁶ Para desenvolver as atividades na Sala com o aluno, Ana Paula precisou conhecer a fundo um pouco mais sobre o assunto, esse era o primeiro caso de Síndrome do X Frágil que ela iria atender.

Após alguns estudos Ana Paula começou a traçar o Plano de AEE específico para ele. As atividades começaram a ser pensadas a partir das características de comprometimento apresentada pela criança com este tipo de Síndrome, visto que uma das particularidades do quadro é o comprometimento intelectual em vários graus, indo de uma dificuldade de aprendizagem “leve” até um tipo de “retardo” grave. Outros aspectos que podem ser comprometidos são a fala e capacidade de comunicação. Deste

¹⁶**Síndrome do X Frágil:** É uma condição de origem genética, considerada a causa mais frequente de comprometimento intelectual herdado. As pessoas afetadas apresentam atraso no desenvolvimento, problemas de comportamento, e eventualmente, características físicas peculiares. (cf.in:<http://www.bengalalegal.com/xfragil>).

modo, as propostas de atividades pensadas para o aluno “T” tinham que levar em conta os limites pedagógicos do aluno. É importante destacar que ter um diagnóstico já estabelecido ajudou muito à professora Ana Paula a traçar atividades adequadas as suas particularidades.

Outro ponto observado e também relatado de forma informal por Ana Paula diz respeito ao comportamento apresentado pelo aluno sempre que sua rotina era alterada, situação que o desagradava, já que uma das características apresentadas pela Síndrome do X Frágil é exatamente essa: mudança de comportamento sempre que sua rotina é modificada. O aluno apresentava baixa concentração, ficava mais ansioso, repetia os mesmos gestos várias vezes, e por vezes ficava irritado. Alguns dos traços apresentados e presenciados por nós durante a realização de algumas atividades no nosso período de observação na Sala de Recursos.

Como a Professora Ana Paula nos relatou as atividades são explorando o que cada aluno pode oferecer dentro do que é proposto. Como o aluno “T” apresenta a Síndrome do X frágil, Ana Paula percebeu que trabalhar com os materiais didáticos pedagógicos como foi feito com a aluna A.M, não seria a proposta mais acertada, pois, logo a atividade se tornaria enfadonha para ele, e pouco poderia ser explorado do aluno devido a sua baixa concentração, impulsividade, etc. Por isso, resolveu explorar outros recursos por perceber que o aluno tinha uma maior identificação com os computadores, já que ao chegar a Sala automaticamente ele se dirigia em direção do computador e pedia para “brincar” lá. Ana Paula usou um software educacional, ‘Coelho Sabido’, que trás diversas possibilidades a serem trabalhadas, pois é um jogo que desafia e também motiva o aluno a interagir, apresentando atividades lúdicas, e importantes para o desenvolvimento do aluno, como identificação das cores, contagem dos números, reconhecimento das letras, formas, sons etc. Além, do que possibilita que a criança possa aprender com os seus erros.

Ana Paula nos relatou também que apesar das limitações ainda apresentadas pelo aluno “T”, já era perceptível os avanços que ele apresentava, visto que antes ele demonstrava pouco interesse pelas atividades que lhe eram propostas, hoje mesmo com a dificuldade de concentração que ainda apresenta, o aluno empenha-se bem mais na realização das atividades, o que podemos considerar sim um avanço dentro das suas habilidades cognitivas.



Figura 5:Atendimento de AEE ao aluno T
Fonte: Pesquisa de Campo – Ionath Iamara

Descrição da Figura 5-A figura 5 é composta por 02(duas) imagens. Nas 02(duas) imagens a professora responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais está realizando um Atendimento de AEE ao aluno “T” diagnosticado com Síndrome do X Frágil. Os 02(dois) aluno e mediadora estão sentados e a respectiva atividade está sendo desenvolvida no computador, a atividade escolhida foi desenvolvida a partir do Software “Coelho Sabido”.

Em relação ao atendimento realizado com a aluna com Síndrome de Down, tivemos a seguinte situação:

QUADRO 4

ATENDIDO: R., 18 ANOS - 7º ANO
DEFICÊNCIA: A ALUNA APRESENTA SÍNDROME DE DAWN

Descrição - 3º Atendimento
<p>Conteúdo: Matemática e Português Atividades: Jogo do coelho sabido e Ciranda das diferenças Objetivo: Trabalhar os números, adição, subtração etc. Trabalhar a inclusão; Trabalhar o alfabeto, vogais etc.</p>
<p>A mediadora dividiu o atendimento em duas etapas a primeira contemplando a disciplina de matemática e a segunda a de português. A primeira atividade escolhida foi um jogo matemático chamado ‘Esconde-esconde os números’! Este jogo trabalha a questão da adição, a gatinha diz um número para a criança e através dos números espalhados nas árvores o aluno precisa somá-los de modo que os números escolhidos deem a soma do número apresentado pela gatinha, quando à soma dos valores é encontrada a criança clica na gatinha e ela fala se o resultado dado pela criança, está</p>

correto ou não. Essa atividade não foi escolhida por acaso, pois a aluna atendida apresenta muitas dificuldades com a disciplina de matemática. Porém, ao logo da atividade percebemos o quanto a aluna era dedicada e interessada pelas atividades desenvolvidas pela mediadora, mesmo com as dificuldades apresentadas, ela tentava acertar os resultados, e dizia sempre que errava: vamos mais uma vez! Esse jogo permite que a criança realize também contas de subtração ou corrija a conta caso ela esteja errada, um recurso importante, pois a mediadora também explorava os erros cometidos, aproveitando para perguntar a aluna que número era aquele, quais números dariam aquele resultado? E juntas elas iam chegando aos resultados certos, sempre que acertava a aluna ficava muito feliz, e na carinha dele era perceptível o orgulho que sentia de si mesma a cada acerto, a gatinha também vai estimulando a criança a não desistir e continuar tentando realizar a atividade com incentivos como: “Muito bem, é isso aí”, “Vamos lá!”. A segunda atividade desenvolvida trabalha a disciplina de português por meio do software educacional ‘**Ciranda das diferenças**’, este é um recurso muito interessante, ele funciona como um livro online, este software retrata a história do pássaro Bento, o pequenino pássaro era surdo e não sabia cantar, mas morria de inveja dos amiguinhos que cantarolavam o dia todo, com a ajuda de seu pai que não desistia de ensinar o filho a cantar, Bento aprende que existem outras formas de soltar a sua voz, ele aprende a cantar através de suas asas, seu pai o ensina a aprender a cantar usando a língua de sinais. De todas as atividades realizadas com a aluna, essa foi sem dúvida a que mais a tocou, ficou bastante interessada pela história, e muito entusiasmada durante a atividade ela tentava antecipar o que ia acontecer ao pássaro Bento, e dizia: “Será que agora ele consegue cantar?” “Acho que não!” “Ele pia, pia mais não sai voz, ele não consegue falar, não entendo isso.” Porém, quando viu o pai de Bento o ensinando a cantar de outra forma, ela disse: “Acho que agora ele consegue viu!”. Após terminar a história ela fez uma carinha de quem não havia entendido, pois esperou ouvir a voz dele, foi então que Ana Paula explicou a ela que ele havia sim conseguido cantar, só que de outra forma, pois ele era surdo e por isso não havia aprendido a cantar, mais agora ele havia aprendido a cantar através dos gestos, da língua de sinais, e que agora ele estava se sentindo como sempre desejou, cantando e feliz. E ela respondeu: “Que bom que ele está feliz não é, e que aprendeu a cantar como os outros amiguinhos dele”. Foi então, que Ana Paula teve a ideia de finalizar essa atividade cantando uma canção sobre as diferenças, e em seguida escreveu a canção que era bem curta para trabalhar as letras contidas na canção, relaciona-las ao nome da aluna, ela conseguiu identificar as letras contidas na canção à medida que a mediadora perguntava de que letra tratava-se, e também conseguiu identificar quais eram as vogais contidas no seu nome, e a letra inicial do mesmo.

Fonte: Pesquisa de Campo em: 29 de Maio de 2012.

A aluna R, tem 18 (dezoito) anos de idade e está no 7º (sétimo) ano da Escola Governador Antônio Mariz. A aluna chegou a Sala de Recursos Multifuncionais com um diagnóstico pré-estabelecido: Síndrome de Dawn¹⁷. Como no caso anteriormente relatado, o diagnóstico foi muito importante para definir quais atividades seriam

¹⁷ A **Síndrome de Down** é definida por uma alteração genética caracterizada pela presença de um terceiro cromossomo de número 21, o que também é chamado de trissomia do 21. Trata-se de uma deficiência caracterizada pelo funcionamento intelectual inferior à média, que se manifesta antes dos 18 anos. (cf. in: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/sindrome-down-inclusao-cromosso-21-622538.shtml>).

desenvolvidas com a aluna. Foi a partir do diagnóstico que a Profa. Ana Paula estabeleceu propostas de atividades que possibilitasse a aluna desenvolver sua inteligência, memória, e coordenação motora através de estímulos adequados, já que as crianças com Síndrome de Dawn possuem um ritmo mais lento para aprender.

A aluna “R” por exemplo, tem dificuldade com questões lógico-matemática, a exemplo dos números e conceitos. Por isso, a maioria das atividades realizadas com a aluna aborda este conteúdo.

Pessoas com Síndrome de Dawn possuem dificuldade em processar comandos por mais de um sentido exemplo: copiar e ouvir. Assim, como forma de facilitar a aprendizagem e compreensão da aluna, a Professora Ana Paula dividiu as atividades em dois momentos para que ela pudesse assimilar a atividade com calma, as explicações foram dadas de forma clara e minuciosa. Por isso estar ciente dos fatores que facilitam e inibem a aprendizagem permitem a mediadora planejar atividades de forma mais significativas.

Na proposta de atividade descrita pela mediadora podemos perceber como os recursos pedagógicos são importantes para a construção da aprendizagem da aluna. Para tornar este processo mais fácil Ana Paula mesclou as atividades com diferentes propostas pedagógicas, pois a aluna consegue desenvolver-se bem tanto com atividades ligadas a tecnologia quanto com livros, jogos, desenhos etc. Pois, ela possui uma memória visual muito boa, e se sai muito bem nos jogos de memória com letras ou objetos. Mesmo tendo um ritmo mais lento para entender algumas atividades, podemos observar que a aluna demonstrava muito interesse por tudo que lhe era proposto na Sala de Recursos. Nesse momento, vale ressaltar que o desenvolvimento dos alunos com Síndrome de Dawn está intimamente ligado ao estímulo e incentivo que recebem, sobretudo em seus anos iniciais.

E como Ana Paula nos relatou, o atendimento pedagógico prestado na Sala independe do uso dos equipamentos disponibilizados. Então, mesmo que a escola não possua alguns materiais para atender a determinada deficiência, isso não constitui empecilho para que as atividades não sejam desenvolvidas. Como já foi dito, muitos dos materiais são criados e adaptados pela própria Ana Paula a partir da deficiência apresentada por cada criança atendida na Sala de Recursos Multifuncionais. Como podemos confirmar na fala da mesma:

“(...) nós já tivemos aqui uma criança que teve paralisia cerebral e ele realmente não tinha coordenação motora, ele não controlava, ele tinha vários espasmos. Então, a gente confecciona material. No caso o engrossador de lápis, então eu adaptei uma bolinha de caminhada, furei a bola e entreguei a ele pra fazer todos os desenhos, no computador tem a colmeia adaptada que é para as pessoas que tem, ou melhor, que não tem controle nas funções motoras, então tem todo esse trabalho de adaptação. (...)”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

Vimos que todos os atendimentos apresentados até aqui abordam formas particulares e distintas, que motivam, desafiam, e ajudam o aluno em seu desenvolvimento, podemos perceber os avanços apresentados por estes alunos tomando como base os 12 (doze) atendimentos que presenciamos, vimos o empenho de cada um deles para avançar durante as atividades propostas, e que apesar de tão pequenos, parece que eles compreendiam a importância daquela Sala e do trabalho realizado ali em função deles.



Descrição da Figura 6-São 02(duas) imagens. A primeira mostra a profissional responsável pela Sala de Recursos realizando um atendimento de AEE a aluna diagnosticada com Síndrome de Dawn, as 02(duas) estão sentadas e a respectiva atividade está sendo desenvolvida no computador, a atividade escolhida foi desenvolvida a partir do Software “Coelho Sabido”. Já a segunda imagem mostra a aluna “R” realizando uma atividade com o jogo da memória, a aluna esta sentada e as peças do jogo estão todas viradas para baixo, distribuídas sobre 01(uma) mesa.

Figura 6:Atendimento de AEE a aluna R
Fonte: Pesquisa de Campo – Ionath lamara

Apesar de não ser a proposta deste trabalho, uma vez que buscamos apresentar de forma descritiva o que está posto nos documentos sobre as Salas de Recursos Multifuncionais, é possível dizer que as atividades desenvolvidas na Sala de Recursos pela Professora Ana Paula acontecem dentro da perspectiva Sócio-Interacionista. Segundo a teoria Vygotskiana todo o aprendizado é necessariamente mediado, tornando o papel do professor bem mais ativo e determinante neste processo.

Como vimos nas atividades descritas, a Professora Ana Paula utiliza-se de estratégias capazes de possibilitar que o aluno torne-se independente, e confiante durante a realização das atividades, permitindo que a mesma possa trabalhar em pequenos grupos, com técnicas para motivar, e facilitar a aprendizagem dos alunos atendidos na Sala, de modo que estes sejam capazes de: construir seu próprio conhecimento, adquirir novas informações, e desenvolver suas habilidades.

Como podemos perceber o processo de Inclusão educacional não é uma tarefa fácil, incluir torna-se fácil quando tratamos do processo em livros, leis, decretos etc. Mas, quando estamos na prática, como comumente falamos, esbarramos em uma enormidade de empecilhos que vão desde a estrutura do espaço físico das escolas, até a formação dos profissionais inseridos na sala regular.

É preciso destacar que a Inclusão deve se dar em todos os espaços do sistema educacional, indo muito além dos alunos atendidos, alcançando o corpo gestor, docente e de apoio pedagógico da escola. Todos sem distinção têm algo a aprender sobre a educação inclusiva, mas, para que isto ocorra é preciso mudanças, mudanças atitudinais, nas concepções e práticas da comunidade escolar e principalmente da nossa sociedade. Pois como cita Sartoretto, a “(...) inclusão não é favor para pessoas com deficiência. Ela é um direito (...)” (SARTORETTO apud MANTOAN, 2008, p.79).

Durante o nosso período de observação foi possível perceber que apesar da qualidade do trabalho desenvolvido pela Professora Ana Paula na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Governador Antônio Mariz, existem algumas limitações que precisam ser citadas, dentre elas podemos destacar: as barreiras atitudinais e arquitetônicas, a ausência de formação adequada dos professores da sala regular e a participação da família. Ao longo da nossa análise essas limitações serão explicadas.

De modo geral podemos afirmar que dentre os pontos “negativos” que podemos destacar percebidos ao longo da realização da nossa pesquisa na escola, as barreiras atitudinais talvez seja um dos pontos mais fortes que tivemos a oportunidade de

presenciar. Essas barreiras dizem respeito ao preconceito das pessoas em relação às limitações apresentadas por estes alunos, muitas vezes tachados como “alunos problemas” pela falta de conhecimento das pessoas, ou até mesmo por falta de tolerância com as limitações ou particularidades dos mesmos. Como nos diz Rosita Carvalho (2008), esse é o maior obstáculo que enfrentamos diante da inclusão, romper com o que já está firmado em nós. Consequentemente vimos essa como uma das primeiras barreiras a serem vencidas no terreno da educação inclusiva.

Além da barreira do preconceito manifesto em relação às pessoas, existe também o (pré) conceito por parte de alguns professores da Sala Regular em relação à Sala de Recursos Multifuncionais. Muitos professores não entendem a finalidade da Sala e acabam atribuindo a mesma o significado de “salas de reforço escolar”, o que não corresponde ao verdadeiro objetivo dessas salas, como discutimos ao longo do nosso trabalho. É nesse sentido que os profissionais da Sala Regular podem ser considerados como um possível entrave a inclusão à medida que, a partir de suas (pré)concepções inviabilizar o uso da Sala.

Conforme vimos no decorrer do trabalho o profissional responsável pela Sala de Recursos precisa ser devidamente capacitado para atuar nas Salas. A Rede de Ensino oferece com regularidade cursos de formação, o que considero muito louvável. Mas, também deve oferecer os cursos de formação aos profissionais que atuam nas Salas de Ensino Regular o que seria de fundamental importância para o sucesso dos AEEs.

De acordo com a legislação, cabe a Secretária de Educação do Município, capacitar o profissional responsável pela Sala de Recursos, então por que não proporcionar formação adequada aos professores da Sala Regular?

Será que na falta dessa oferta de formação via Secretaria de Educação, a profissional responsável pela Sala de Recursos não poderia ser a pessoa capacitada para proporcionar a eles esses estudos, fazê-los compreender a função daquele espaço, as limitações das crianças atendidas, as leis que regem e regulamentam a implantação da Sala? Por tudo que foi possível perceber na observação, a resposta seria sim. Mas, essa ação não deveria ser algo isolado e sim sempre parte de um projeto maior, voltado ao atendimento a todos os núcleos.

Outro ponto relevante diz respeito às barreiras arquitetônicas que encontramos na Sala de Recursos da referida escola. Já mencionamos anteriormente que apesar de existir leis específicas que tratam sobre a questão da acessibilidade e garantem que todos os espaços públicos sejam acessíveis as pessoas portadoras de deficiência ou com

mobilidade reduzida (Lei Nº 10.098), a aplicação dessas leis específicas estão fora da realidade de muitas escolas. Chamou-nos muita atenção, deixando claro para nós o quão distante a realidade está do proposto, o descumprimento da lei em relação à Sala de Recursos Multifuncionais. Pois, como vimos, infelizmente, as instalações da Sala de Recursos da Escola Municipal Governador Antônio Mariz não possui em sua infraestrutura condições de atender a alunos com dificuldades motoras, como é caso dos deficientes físicos, e aí fica a pergunta: o que aconteceria caso a escola recebesse um aluno cadeirante outra vez?

Ainda tratando sobre as limitações encontradas vimos que a participação da família é algo muito importante para que a inclusão aconteça e se solidifique ainda mais. O contexto familiar é o primeiro contato social que temos desde que nascemos, e essas relações se estreitam à medida que as crianças iniciam sua vida escolar. A relação família-escola é sem dúvida um fator determinante na vida das nossas crianças, pois esses segmentos dificilmente caminham sozinhos. Por isso, durante nossa observação percebemos que das 09 (nove) crianças atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais apenas 02 (duas) delas contavam com a presença regular da família para acompanhar o seu desenvolvimento. E foram nessas crianças que pudemos observar melhor a resposta ao Atendimento de AEEs.

A Professora Ana Paula nos relatou o quão importante é a participação da família no desenvolvimento destas crianças, pois a troca de informações que acontecem entre a família e profissional responsável pela sala podem ajudar o profissional a identificar algum problema ou mudança de comportamento nestas crianças e até mesmo perceber com mais clarezas os avanços que ela apresenta, as novas curiosidades que elas despertam a cada atendimento.

“(...) Existem famílias que participam, que vem, que buscam. A semana passada a gente começou a atender uma criança com Síndrome do X Frágil que você teve a oportunidade de conhecer e assim a família é muito atuante, a mãe já veio me questionar que tipo de atendimento ele tá tendo, que ele já está tendo outras curiosidades, a mãe já veio questionar se o atendimento da APAE é suficiente pra ele. Então, tudo isso é a questão da família que é presente e isso ajuda muito(...). [Entretanto], (...) a famílias que não dá nem atenção, que deixa a criança aqui e que não questiona (...). Infelizmente a família nessa escola é mais ausente, na verdade a escola não deixou de ser um depósito ainda, eles depositam as crianças aqui e querem que a gente ofereça os recursos, o trabalho da melhor maneira possível, mas, muitos não vem questionar ou saber, quando vem é porque aconteceu alguma problema que não agradou a família, e mesmo assim já é a escola que manda chamar (...)”.

Ana Paula, professora responsável pela Sala de Recursos (29 de maio de 2012).

Portanto, fica claro o quanto está relação ainda deixa a desejar, a família precisa tornar-se uma parceria da escola em busca de resultados comuns. Para que as dificuldades sejam superadas, necessário se faz que escola e família entendam que lutam pelo mesmo objetivo: a melhoria e o avanço cognitivo desses alunos-filhos, sem dúvida seriam a parte beneficiada.

Finalizamos reafirmando a importância do trabalho desenvolvido pela profissional responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Governador Antônio Mariz. Durante a realização da nossa pesquisa podemos observar a relação estabelecida entre ela e os alunos atendidos naquele espaço. Ana Paula mostrou-se uma profissional muito comprometida com a função que lhe foi desempenhada, mesmo com todas as limitações existentes naquele espaço de aprendizagem, vimos que sua relação com as crianças ultrapassa as questões profissionais, pois existe um respeito e carinho mútuo entre eles. As crianças claramente vão à Sala porque gostam, por se sentirem acolhidas, e por encontrar naquela profissional o carinho que muitas vezes não recebem no seio familiar.

Observamos que a Professora Ana Paula não mede esforços para proporcionar aos seus alunos atividades que se encaixem as particularidades dos mesmos. Para tanto, utiliza-se dos recursos e conhecimentos disponíveis para proporcionar a estas crianças melhor qualidade nos seus atendimentos, e conseqüentemente promover melhorias em seu processo de aprendizagem dentro e fora da Sala de Recursos Multifuncionais.

As atividades propostas às crianças atendidas na Sala trabalham sim em cima das limitações que cada uma apresenta, uma vez que as atividades desenvolvidas contemplam em sua maioria dificuldades apresentadas pela criança na sala regular, ou limitações próprias da deficiência que possui, sejam elas de ordem cognitiva, motora ou outra.

Vale reforçar que as mudanças que vem ocorrendo no sistema educacional são positivas, por ajudar a inclusão a tornar-se um processo capaz de minimizar as inúmeras barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência para o acesso ao ensino regular, romper com paradigmas não é uma tarefa fácil, mas, é essencial no século que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transforma e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, a medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético-político, a solidariedade e a emancipação.”

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)

A partir do estudo proposto foi possível conhecer com maior propriedade a realidade dos alunos com deficiência atendidos na Sala de Recursos. Percebemos a importância do espaço físico, mobiliários, recursos didáticos e pedagógicos disponíveis, as práticas desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, e principalmente da qualificação/formação dos professores e demais profissionais de apoio envolvidos para fazer dar certo a inclusão.

A pesquisa nos permitiu verificar o quão distante realidade da escola regular se encontra do que está proposto e determinado nos documentos que norteiam a educação inclusiva. Em todo caso, no pouco que vimos podemos perceber que um mínimo de esforço e dedicação podem superar os obstáculos materiais (ausência de infraestrutura e meios de acessibilidade).

Sabemos que muito ainda precisa ser feito para que a educação inclusiva aconteça. Todas as leis, diretrizes, planos, programas, dentre outros documentos, implicam em uma conquista importante para os deficientes, pois, ter os seus direitos assegurados por lei é um avanço inegável. Porém, a realidade enfrentada pelas pessoas com deficiência não só no âmbito educacional, mais em muitos outros segmentos da nossa sociedade, ainda é excludente, embora essas medidas sejam importantes, elas não são suficientes para as barreiras existentes, visto que o objetivo da inclusão é garantir não só o acesso desses alunos, mas também sua permanência no ensino regular.

Para que isto se torne possível precisamos investir na educação em todos os seguimentos que formam o sistema escolar, promover formações para esses professores se sentirem preparados para o processo de inclusão, e assim possam transformar a sua prática respaldada em estudos e ferramentas capazes de garantir a qualidade da aprendizagem destes alunos. Portanto, espero que a escola possa tornar-se um espaço

realmente acolhedor, com reais condições de inclusão para todos os seus alunos sejam eles deficientes ou não.

Em relação à Sala de Recursos objeto da nossa pesquisa e dos AEEs lá prestados podemos perceber que as práticas pedagógicas e o desejo de ajudar em muito contribui para a obtenção de bons resultados. É importante que este espaço seja ofertado a toda comunidade visto a relevância social que existe no atendimento prestado nesta Sala de Recursos as pessoas com deficiência. Nesse aspecto, podemos afirmar que a Sala de Recursos da Escola Gov. Antônio Mariz, mesmo com as suas limitações, está aberta à comunidade.

Por exemplo, constatamos que as visitas domiciliares são importantes para auxiliar nas atividades desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, pois é uma forma de acompanhar o desenvolvimento destas crianças fora do âmbito educacional, e perceber que fatores podem estar interferindo ou não na aprendizagem das crianças, além de possibilitar um controle às assiduidades dos alunos. Percebemos estes acompanhamentos como uma experiência muito rica, já que de um modo geral a educação é sempre posta em segundo plano pelos nossos governantes, e poder ter acompanhado de perto estas visitas domiciliares e constatar que de fato esses acompanhamentos existem e funcionam, foi muito gratificante.

Então, esperamos que, apesar das limitações e dificuldades, a Sala de Recursos da Escola pesquisada continue funcionando em sua simplicidade com o rigor necessário nas suas práticas. Ao mesmo tempo desejosos que os nossos educadores realmente se engajem na luta em defesa da Inclusão, que possam enxergar nos alunos deficientes toda a capacidade que eles possuem e podem desenvolver.

O processo de inclusão não é uma tarefa fácil, são muitos os desafios a serem superados. A proposta inclusiva diz respeito a uma escola para todos. Mas, para que isso aconteça muitas mudanças precisam acontecer, é preciso alicerçar um trabalho interligado com todos os profissionais envolvidos neste processo. Trocar experiências, reorganizar o trabalho escolar, mudar atitudes para que de fato possam criar contextos educacionais realmente inclusivos, e à medida que estas mudanças sejam implantadas possam oportunizar a aprendizagem, participação e garantia aos cidadãos do exercício de seu direito à educação.

Neste aspecto podemos destacar a importância das Políticas Públicas no cenário educacional que em muito contribuiu para as transformações ocorridas nos sistemas de ensino ao longo dos anos, almejamos que novas políticas surjam e novos caminhos para

que a escola possa tornar-se um espaço acessível a todos sem estigmas, e discriminação.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <http://proeja.com/porta1/images/semana-quimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf> Acessado em 24 de Julho de 2013 às 11h: 08 min.

BRASIL, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília. 30 de Março de 2007. Disponível em: http://www.ulbra.br/acessibilidade/files/cartilha_onu.pdf. Acessado em: 23 de Julho de 2014 às 11h: 07min.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica na sessão: Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica / Secretária de Educação Básica**. Brasília. MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=1152. Acessado em 10 de Maio de 2014 às 21h: 45min.

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais / Secretária de Educação Especial**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual_salasrecursosmultifuncionais.pdf Acessado em 15 de Junho de 2014 às 20h: 23 min.

BRASIL, Ministério da Educação. **Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817. Acessado em: 10 de Junho de 2014 às 19h: 58 min.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: <http://contee.org.br/contee/index.php/2014/06/lei-13-005-de-25-de-junho-de-2014-plano-nacional-de-educacao/#.U9R-Fmy5fIV>. Acessado em 27/07 de 2014 as 01h: 21min.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 07 de Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acessado em 26 de Julho às 22 h: 25 min.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Implantação para as Salas de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817. Acessado em: 10 de Junho de 2014 às 19h: 58 min.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para atendimento Educacional Especializado / Secretária de Educação Especial**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf> Acessado em 25 de Julho de 2013 às 19 h: 41 min.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** possibilidades e limitações. In: __ (org.). Brasília: Instituto interdisciplinar de Brasília, 2005.p.195-212.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil:** leitura crítico-compreensiva. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CASTRO, Paula Almeida. MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **Etnografia e Educação:** conceitos e usos. Campina Grande: Eduepb, 2011. P.48-66.

Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf Acessado em 10 de Julho de 2014 às 11h: 24 min.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2010 A, p.135-141.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11ªed. São Paulo: Cortez, 2010 B, p.90-103.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Acessado em 14 de Julho de 2014 às 20h: 38min.

Declaração de Nova Delhi sobre Educação para todos em 6 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>. Acessado em 08 de Julho de 2014 às 11h: 31 min.

Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais: **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade em Salamanca, Espanha, 7-10 de Julho de Julho de 1994.** Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf. Acessado em 16 de Julho de 2014 às 23h: 47min.

Decreto 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acessado em: 10 de Julho de 2014, às 11h: 08min.

Decreto 5.296, de 02 de Dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acessado em 10 de Julho de 2014 às 11h: 08 min.

Decreto 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acessado em 23 de Julho de 2014 às 00h: 18min.

DOZIART, Ana. Inclusão escolar: para além do discurso oficial. In: _ (org.). **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009. p.61-82.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Editora Ibpex, 2006.

FILHO, Galvão. **A tecnologia Assistiva: do que se trata?** Disponível em: http://www.galvaofilho.net/TA_dequesetrata.htm. Acessado em: 17 de Julho de 2014 às 12h: 37min.

INSTITUTO MUITO ESPECIAL. Revista do 1º Congresso Muito Especial de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Paraíba: **Tecnologia Assistiva**. INSTITUTO MUITO ESPECIAL; Ministério Ciência e Tecnologia, 2010 A.

INSTITUTO MUITO ESPECIAL. Revista do 1º Congresso Muito Especial de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Paraíba: **Como lidar com as pessoas com deficiência**. INSTITUTO MUITO ESPECIAL; Ministério Ciência e Tecnologia, 2010 B.

Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820>. Acessado em 08 de Julho de 2014 às 20h: 28min.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. In: ____ (org). 5ªEd. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf Acessado em 26 de julho às 21 horas e 57 minutos.

MITTLER, P. J. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Classificação de Pesquisa**. In: Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p.69-94.

RECUERO, Carlos Leonardo. **Fotografia: Contraponto entre a narração da realidade e a sua compreensão**. Disponível

em:http://web.upla.cl/revistafaro/03_estudios/03_recuero.htmAcessado em 17 de Junho de 2014 às 18h: 54 min.

SASSAKI, R. Entrevista especial à Revista Integração. In: Revista Integração. Brasília: MEC, v. 8, n.20, 1998, p.09-17.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** In: ____ (org.). Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** TAILÂNDIA: UNESCO, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Roteiro da entrevista com a professora

Prezada professora, esta entrevista é parte da Pesquisa de Campo de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nesse sentido sua colaboração é de fundamental importância para o bom desenvolvimento do mesmo. Esperando contar com a sua prestimosa ajuda, desde já agradeço,

Ionath Iamara

1. Nome?
2. Idade?
3. Qual a sua formação?
4. Há quanto tempo você trabalha na área?
5. Você já ensinou a pessoas com deficiência?
6. O que você considera necessário para viabilizar, de forma efetiva, o processo de ensino/aprendizagem da pessoa com deficiência?
7. Qual a sua opinião sobre a inclusão? Como você ver a presença de educandos com deficiência na escola regular?
8. Na sua opinião: existe um lugar “certo” para ensinar a pessoas com deficiência?
9. Explique o que é e qual a função das Salas de Recursos.
10. Existe um Projeto específico que oriente sobre o uso das Salas de Recurso?
11. Quantas vezes na semana a Sala de Recursos funciona e durante quantas horas?
12. Você acredita que os alunos atendidos nas Salas de Recursos conseguem ter uma aprendizagem significativa?

13. Na sua opinião: o que mudou na vida destes alunos depois que a Sala de Recursos foi criada na escola?
14. Como é a relação destes alunos que possuem algum tipo de deficiência com as crianças tidas como “normais”?
15. Você acha que a escola tem todos os recursos necessários para o funcionamento desta Sala de Recursos? Exemplifique.
16. Quais os/as alunos/as com deficiência são atendidos na Sala de Recursos? Qual o perfil? Relacione os tipos.
17. Você recebe alguma ajuda na hora de desenvolver as atividades com os alunos?
18. Que tipo de atividades você desenvolve com eles?
19. Seu trabalho é apenas na Sala de Recursos ou você desempenha alguma outra função na escola?
20. Seu trabalho é apenas na Sala de Recursos ou você desempenha alguma outra função na escola?
21. Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar na Sala de Recursos?
22. Você tem conhecimento das leis e diretrizes pedagógicas orientadas pelo MEC para a inclusão do educando com deficiência no sistema regular de ensino?
23. Como você observa a participação da família e o envolvimento deles no processo de aprendizagem destes alunos?
24. Quais os principais obstáculos que você encontrou durante esse processo de inclusão?
25. Indique três competências que considere fundamentais para um formador?

**APÊNDICE B: CARTA DE AUTORIZAÇÃO FORMAL ENTREGUE A
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS**

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu Ana Paula B. Diniz, no CPF sob o nº 02492959465

Pedagoga responsável pela Sala de Recursos da Escola Municipal CEAI (Centro Educacional e Atividades Integradas) Governador Antônio Mariz, situada na Rua Marcelino Pereira da Rocha, S/N – Bairro do Jardim Borborema/Conjunto Ressurreição II em Campina grande/PB. Autorizo Ionath Iamara Silva Santos, matricula 081210280, graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 29 de Maio de 2012 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“O DESAFIO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL: OS (DES)USOS DAS SALAS DE RECURSOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CAMPINA GRANDE-PB”**, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Campina Grande, 07 de Novembro de 2013.

ANEXOS

ANEXO A: OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – SEESP ENCAMINHADO AO DIRETOR DA ESCOLA, EXPLICANDO O OBJETIVO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS, A QUEM SE DESTINAM, QUAIS RECURSOS SÃO OFERTADOS EM TERMOS DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Esplanada dos Ministérios, Bloco L
6º andar - Gabinete - CEP: 70047-900
Fone: (61) 2022-7635 - FAX: (61) 2022-7667
seesp@mec.gov.br

OF. CIRCULAR/MEC/SEESP/GAB Nº 20

Brasília/DF, 7 de maio de 2010.

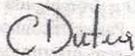
A Sua Senhoria o (a) Senhor (a) Diretor (a)

Prezado Diretor (a),

Encaminho Nota Técnica MEC/SEESP Nº 11 contendo *Orientações para a Institucionalização na Escola, da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais.*

Solicitamos que essas orientações sejam enviadas às escolas da rede de ensino, subsidiando a elaboração do Projeto Político Pedagógico no que tange a institucionalização do AEE, organizado a partir do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais MEC/SEESP, bem como nas demais salas implementadas pela própria rede de ensino.

Atenciosamente


Claudia Pereira Dutra
Secretária de Educação Especial



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios, Bloco L
6º andar - Gabinete - CEP: 70047-900
Fone: (61) 2022 7635 – FAX: (61) 2022 7667

Ofício Circular Nº 14 /2010 MEC/SEESP/GAB

Brasília, 22 de março de 2010.

A Sua Senhoria o (a) Senhor (a) Diretor (a)

Prezado Diretor (a)

O Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Especial - SEESP, desenvolve o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e os projetos de Livro Acessível junto aos Programas de Distribuição de Livros do FNDE, com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta de recursos de acessibilidade aos alunos público-alvo da educação especial, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas escolas da rede pública.

As salas de recursos multifuncionais destinam-se a oferta do atendimento educacional especializado – AEE complementar à escolarização e a implantação é realizada em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Para atender essa finalidade o MEC/SEESP disponibiliza, em 2010, 18.750 conjuntos de mobiliários, equipamentos de informática, materiais didáticos e pedagógicos às escolas contempladas com as salas de recursos multifuncionais, sendo 18.160 de Tipo I, com recursos conforme anexo I e 590 de Tipo II, com recursos adicionais específicos para alunos com deficiência visual conforme anexos II.

Com vistas a ampliar as condições de participação e aprendizagem dos alunos nas escolas de ensino regular, essa ação compreende, ainda, a distribuição 24.202 laptops às sala de recursos multifuncionais para uso dos alunos nas atividades educacionais. Dessa forma, todas as salas da edição 2009/2010 estão recebendo um laptop; também são contempladas as salas de recursos multifuncionais das edições do período de 2005 a 2008, que registram matrícula de alunos público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, no Censo Escolar/INEP/2009. Destaca-se ainda, a disponibilização de recursos específicos para o atendimento de alunos cegos

para 35 escolas, destinados a ação de conversão de sala Tipo I em sala de Tipo II.

Com relação aos projetos de Livro Acessível, cabe informar a distribuição de 1.761 às escolas públicas com alunos cegos matriculados do 5º ao 9º do ensino fundamental, na educação profissional, na EJA (anos finais do ensino fundamental e ensino médio presencial); bem como de 1.235 laptops para escolas comuns do ensino regular da rede pública com matrícula de alunos surdos no 2º ano do ensino fundamental, conforme indicador do Censo Escolar INEP/2009, além dos 27 Núcleos de Atividades em Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S.

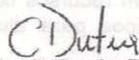
Todos os itens que compõem as salas de recursos multifuncionais e os laptops destinados aos alunos deverão integrar o patrimônio da escola, que terá o Contrato de Doação assinado posteriormente pelo MEC/SEESP e a Secretaria de Educação. Além do uso desses recursos no AEE, na sala de aula e nas demais atividades escolares, poderá ser concedida sua disponibilização para estudos e tarefas realizadas em domicílio, mediante assinatura de termo de responsabilidade, conforme procedimento da direção da escola.

Essa distribuição efetiva-se em todo o país, com a entrega por itens, no período de janeiro a dezembro deste ano, correspondendo a edição 2009/2010 das salas de recursos multifuncionais, aos laptops das edições anteriores aos kits de recursos para conversão em tipo II e aos laptops para as escolas com matrícula de alunos cegos e de alunos surdos, conforme acima referidos.

Dessa forma, essa escola estará recebendo no decorrer de 2010 recursos que referem-se às ações especificadas neste ofício, necessárias para garantir a acessibilidade na escola aos alunos público-alvo da educação especial.

Colocamo-nos à disposição, para demais informações, pelo e-mail seesp@mec.gov.br.

Atenciosamente



Claudia Perelra Dutra
Secretária de Educação Especial

ANEXO B: O QUADRO COM OS EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS DISPONIBILIZADOS NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO TIPO I E TIPO II

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais - 2009

As Salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I e II são constituídas de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos, conforme quadro abaixo:

Nº de Ordem	Especificação
01	2 Computadores
02	2 Estabilizadores
03	1 Impressora laser
04	1 Scanner
05	1 Teclado com colméia
06	1 Mouse
07	1 Acionador de pressão
08	1 Lap Top
09	1 Software para comunicação aumentativa e alternativa
10	1 Material dourado
11	1 Tapete alfabético encaixado
12	1 Memória de numerais
13	1 Alfabeto Braille
14	1 Quebra cabeças sobrepostos
15	1 Dominó de animais em Libras
16	1 Dominó de frutas em Libras
17	1 Dominó tátil
18	1 Memória tátil
19	1 Dominó de associação de idéias
20	1 Dominó de associação de frases
21	1 Bandinha rítmica
22	1 Sacolão criativo
23	1 Esquema corporal
24	1 Lupa eletrônica
25	1 Kit de lupas manuais
26	1 Plano inclinado – Suporte leitura
27	1 Mesa redonda
28	4 cadeiras
29	2 Mesas para computador
30	2 Cadeiras para computador
31	1 Armário
32	1 Mesa para impressora
33	1 Quadro branco

As Salas de Recursos Multifuncionais – Tipo II são acrescidas de outros recursos e materiais didáticos e pedagógicos conforme descrição abaixo:

Nº de Ordem	Especificação
01	1 Impressora Braille – pequeno porte
02	1 Máquina de datilografia braille
03	1 Reglete de Mesa
04	1 Punção
05	1 Soroban
06	1 Guia de Assinatura
07	1 Globo Terrestre Tátil
08	1 Kit de Desenho Geométrico
09	1 Calculadora Sonora